

POLÍTICA Democrática

Nº35 - Setembro de 2021



Entrevista Especial – Jairo Nicolau
***Estrago de Bolsonaro é
"lastimável e irreversível"***

Militância do presidente da República contra a urna eletrônica pode levar o país a um período de graves crises políticas, avalia o cientista político Jairo Nicolau

PÁGINA 16

Reportagem

Incêndio na Cinemateca mostra o descaso do governo de Jair Bolsonaro com o setor cultural do país

PAG - 32

Militares

Rêgo Barros: Verdadeiro comandante não permitirá que Forças Armadas atuem por conveniências políticas

PAG - 06

100 anos do PCB

Henrique Brandão escreve sobre o documentário "Giocondo - O Ilustre clandestino", de Vladimir Carvalho

PAG - 44



POLÍTICA
Democrática
Edição nº 35 - Setembro 2021



EDITORIAL
O dia seguinte
PÁG. 4

CHARGE
PÁG. 5

ARTIGO

Relações entre civis e militares, uma reflexão

Otávio do Rêgo Barros
PÁG. 6

"Que país é esse?"
Alberto Aggio
PÁG. 9

O Congresso Nacional sob escrutínio
Antonio Carlos Medeiros
PÁG. 12



Entrevista Especial
Jairo Nicolau
PÁG. 16

ARTIGO
O que se pode esperar de uma CPI
Arlindo Fernando de Oliveira
PÁG. 14

REPORTAGEM ESPECIAL



Do prenúncio à nova tragédia: caso Cinemateca confirma descaso com cultura

Cleomar Almeida

PÁG. 32

ARTIGO

Já é 2022 na internet

Sergio Denicoli

PÁG. 25

Retomada da economia na tempestade perfeita

Valdir Oliveira

PÁG. 28

Um meteoro no país das pedaladas

Leonardo Ribeiro

PÁG. 30

O que resta ainda por dizer sobre Cuba?

Marcus Vinícius F. da Silva Oliveira

PÁG. 39

A construção de um personagem

André Amado

PÁG. 37

A poética política de Glauber

Lília Lustosa

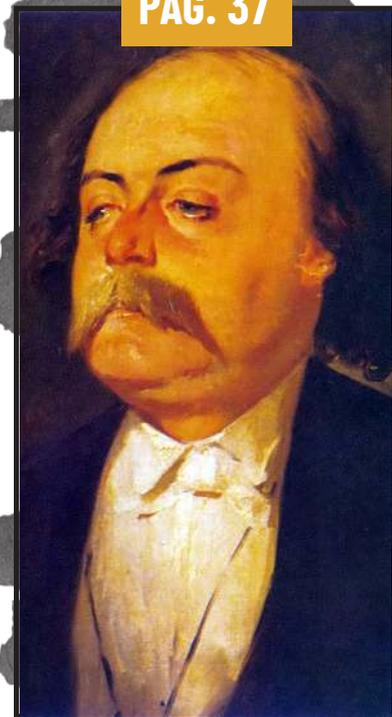
PÁG. 42

Giocondo, um comunista abnegado e gentil

Henrique Brandão

PÁG. 44

PÁG. 37



EXPEDIENTE

Diretor

André Amado

Editor

Paulo Jacinto

Secretário de Redação/Reportagem

Cleomar Almeida

Suporte/tecnologia

Washington Reis

Logística

Thaise Castro

Departamento Financeiro

Gustavo Loiola

Conselho editorial

Caetano Araújo, Francisco Almeida e Luiz Sérgio Henriques

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

G3 Comunicação

As ideias e opiniões expressas nos artigos publicados na Revista Política Democrática Online são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da Revista.

Colaboradores

Cultura, C&T

André Amado, Ciro Marcondes, Dora Kaufman, Eneida Queiroz, Gledson Vinicius, Henrique Brandão, Ivan Accioly, Ivan Alves, João Batista de Andrade, Jório Dauster, José Carlos Monteiro, Lília Lustosa, Marcelo Aguiar, Marcia Gomes, Martin C. Feijó, Rui Fabiano, Sergio Denicoli, Sergio Vellozo Lucas

Economia

André Eduardo Fernandes & André Borges, Benito Salomão, César Vasquez, Elena Landau, Evandro Millet, Guilherme Mendes, Jorge Caldeira, Jorge Jatobá, José Luiz Oreiro, Leandro Machado, Luiz Paulo Velloso Lucas, Maria Amélia Enriques, Nelson Tavares, Paulo Ferracioli, Pedro Nery, Sergio Buarque, Sergio Vale

Justiça

Arlindo Fernandes de Oliveira, Cláudio Oliveira, Eros Grau, Gilvan Cavalcanti de Melo, João Trindade, Juliana Magalhães de Oliveira, Manoel Martins Júnior, Marcus Vinicius F. da Silva Oliveira, Mario Martins Júnior, Murilo Gasparido

Política

Alba Zaluar, Alberto Aggio, Ana Maria Miranda, Andrei Meireles, Antonio Augusto de Queiroz, Caetano Araújo, Ciro Leichsenring, Cleomar Almeida, Creomar Lima Carvalho de Souza, Cristovam Buarque, Davi Emerich, Eduarda La Roque, Elimar Pinheiro Nascimento, Henrique G. Herkenhoff, Hubert Alquéres & Tibério Canuto, João Cezar de Castro Rocha, José Antonio Segato, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurelio Nogueira, Marco Marrafon, Marcos Sorilha Pinheiro, Marcus Vinicius Furtado, Mauro Oddo Nogueira, Murilo Gasparido, Paulo Baía, Paulo Fábio Dantas, Raul de Almeida, Raul Jungmann, Ricardo Tavares, Roberto Freire, Rogério Baptistini Mendes, Vinicius Müller

Política Externa/Relações Internacionais

Davisson Belém Lopes, Fernando E. Norman, Fernando Lyra Gianlucco Fiocco, Gilberto Saboia, Guilherme Casarões Herman Chaimovitch, Hussein Kalout, Joan Del Alcázar José Augusto Lindgren Alves, José Vicente Pimentel, Leandro Cosentino, Luiz Augusto Castro Neves, Ronaldo Sardenberg, Rubens Barbosa, Rubens Ricupero

Saúde, sócio-política, meio ambiente

Adriana Novaes, Alexandre Strapasson, Almira Rodrigues, Anivaldo Miranda, Babalão Ivanir dos Santos, Bazileu Margarido, Gloria Alvarez, Guilherme Accioly, Joaquim José Soares Neto, Lígia Bahia Luiz Geraldo Piquet Carneiro, Luiz Santini & José Gomes Temporão, Marco Santilli, Marina Silva, Pedro Scurro Neto, Raulph Rodrigues, Rodrigo Prando, Zulu Araújo

Editorial

O dia seguinte

Alimentada por declarações sucessivas do Presidente da República e alguns de seus fiéis seguidores, a expectativa do que acontecerá em 7 de setembro domina o debate político. Afinal, cidadãos são convocados para protagonizar um momento de virada, capaz de conduzir os Poderes Legislativo e Judiciário a seus “devidos” lugares. Alguns dos chamados difundidos nas redes sociais apelam, inclusive, para a ruptura institucional, o escape do quadrado da Constituição, se as reivindicações dos manifestantes não forem consideradas.

A radicalização verbal das convocatórias governistas deve ser entendida como uma tentativa desesperada de reverter um cenário completamente desfavorável. A crise econômica e os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito atuam simultaneamente para destruir a aprovação do governo junto ao eleitorado. A progressão da crise e a publicidade das responsabilidades dos governantes sobre ela fortalecem a hipótese de abreviação do mandato presidencial. O Poder Judiciário já montou seu alçapão, cinco inquéritos em curso que podem concluir pela perda de mandato ou pela inelegibilidade do primeiro mandatário. No Poder Legislativo, prevalece, até agora, a opção pela espera, a aposta nas eleições como via preferencial de substituição do governo.

Na verdade, desde os tempos dos trezentos que se revelaram trinta, as manifestações governistas têm demonstrado extrema dificuldade em trazer pessoas para as ruas. O esforço de mobilização, contudo, parece agora mais robusto. Religiosos fundamentalistas, agricultores imediatistas, adoradores das armas de fogo, autoritários de todos os quadrantes dão mostras de estar empenhados em ocupar as ruas no dia sete, principalmente em São Paulo e Brasília.

Avaliar previamente o grau de sucesso que esse movimento pode alcançar é tarefa difícil. No entanto, os indicadores do êxito, na perspectiva dos organizadores são evidentes. Qualquer fatia a mais de manifestantes nas ruas será usada como argumento contrário à queda da popularidade do governo junto ao eleitorado. O número, o volume, o impacto visual das imagens que ocuparão a mídia, portanto, importam.

Importa também, a julgar pelo tom agressivo de algumas das convocatórias, o grau de desordem que a manifestação será capaz de provocar. A relação é direta: quanto maior o tumulto, maior a fragilidade de governadores e dos Poderes alvo da ira dos manifestantes. Mais combustível, portanto, para as demandas de ordem, pela via do fortalecimento dos poderes presidenciais.

A aposta é de alto risco, até porque deixa à vista de todos o custo da permanência do Presidente no cargo até o fim de seu mandato. Cabe às forças do campo democrático persistir na defesa das instituições, no trabalho de convergência, na construção de um acordo amplo em torno da retirada do Presidente pelos caminhos previstos na Constituição, na garantia das eleições de 2022, bem como no respeito a seus resultados.

Revista Política Democrática



Compartilhe!

-Que comprar
feijão, pô?
Tem de comprar
fuzil.

-Isso não é
efeito da
cloroquina.
Deve ser
droga mais
pesada.



Compartilhe!



Desfile de blindados na Esplanada: com ameaça de golpe e uso da imagem das Forças Armadas, Bolsonaro tenta retirar o foco dos principais problemas do país

Relações entre civis e militares, uma reflexão

Cabe à sociedade a responsabilidade de garantir o papel das Forças Armadas, fortalecendo-as como instrumento independente do Estado

Vivemos tempos sombrios com a falta de ordenamento de nossa realidade. Uma discussão sobre o papel das Forças Armadas se instalou para além dos muros dos quartéis.

A atuação imoderada do chefe do Poder Executivo, a incentivar o envolvimento de militares nas ações políticas de governo, potencializou a questão. Somou-se a esse inconveniente, posturas contestáveis dos outros Poderes da República. O Legislativo, com tendência mesquinha de enxergar os interesses paroquiais, e o Judiciário, em suposta cruzada moralizadora, que ultrapassa o senso cotidiano de equidade. Formou-se um torvelinho de opiniões divergentes, desamparadas

“

“PARA ABOLIR A GUERRA
HÁ QUE REMOVER SUAS
CAUSAS QUE RESIDEM NA
IMPERFEIÇÃO DA NATUREZA
HUMANA”

(LIDDELL HART)

”



No Dia do Soldado, o general Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército, discursou que militares devem inspirar paz, liberdade e democracia

“

A PREDOMINÂNCIA
EGOÍSTA DE QUALQUER
DOS FATORES FISSURA A
ESTRUTURA, OFENDENDO
A ESTABILIDADE
DA NAÇÃO. O QUE,
CONVENHAMOS, NÃO
SE ESPERA EM
UM PAÍS MADURO
DEMOCRATICAMENTE

”

de conhecimento qualificado, que anuvia grupos da sociedade.

Tomando por base o trabalho do professor Samuel Huntington, *O Soldado e o Estado* (BIBLIEX, 2016), abordarei aspectos das relações entre civis e militares, contextualizados para o Brasil contemporâneo. Para fins de enquadramento, o livro foi publicado em 1957, período alçado de Guerra Fria, no qual a incômoda ascensão da União Soviética se projetava sobre a águia americana.

A incompreensão da sociedade, diante da obrigação do profissional das armas em ser pragmático, perenizou-se com o correr dos tempos modernos. O militar é o mais pacifista dos integrantes de uma comunidade. Suas experiências o fazem conhecer a desgraça final dos conflitos humanos e os efeitos deletérios para a sociedade. Justifica-se seu pessimismo.

Ele tem o dever de se posicionar publicamente sobre fatos que afetem a missão da organização e o desempenho profissional. O verdadeiro comandante, vestido da couraça

envelhecida de homem das armas, jamais permitirá que seu julgamento seja deformado por conveniências políticas.

A responsabilidade do militar perante o Estado é de natureza tríplice. Exerce uma função representativa, uma função consultiva e uma função executiva. O ordenamento dessas relações é capital para a política de defesa do país e procura consolidar um sistema de pesos e contrapesos entre o civil e o militar, sem sacrifício de valores sociais. Nos pratos da balança se equilibram, em posições opostas, o lícito interesse corporativo do militar e o necessário controle pela sociedade em ambiente democrático.

Mais recentemente, o artigo 142 da CF/88, que elenca as missões “pétreas” nas Forças Armadas, vem sofrendo ataques. “Transitou em julgado, não cabe recursos”, embora encontremos grupos defensores de uma revisão sob um entendimento difuso de um papel de poder moderador das Forças Armadas, defendido em ambientes inelásticos, personalistas ou eivados de interesses políticos. Admito a necessidade de se refletir a missão constitucional das Forças, incorporando-se dinamismo modernizador ao conceito, que esclareça possíveis imperfeições no texto. Não obstante, não se promovam modificações por contenciosos de momento.

Voltemos à balança. Na disputa daqueles interesses está o nó górdio das relações entre civis e militares. O grau em que eles entram em conflito depende das exigências de segurança externa e interna, e da natureza e força dos valores incrustados na sociedade.

Entre nós, Terra Brasilis, a disputa se amplia pelo afastamento da sociedade ao tema, quase uma irresponsabilidade. Poderíamos justificar o desatino pelo baixo nível educacional que se reflete na incompreensão dos assuntos que envolvem as Forças Armadas.

Quem deveria assumir o papel de ator principal da peça defesa nacional? O povo brasileiro consciente! Mas, inconscientemente, ele transfere a responsabilidade de conduzir a cena aos próprios militares.

A simbiose civil militar só se concretiza por meio de uma sólida obra de arte, que os torne interdependentes. Os batentes da ponte são a posição institucional dos militares, sua influência na sociedade, bem como a natureza da ideologia dos grupos nominados. A predominância egoísta de qualquer



Questão dos militares na política foi potencializada pelo presidente da República, critica Rêgo Barros

dos fatores fissa a estrutura, ofendendo a estabilidade da nação. O que, convenhamos, não se espera em um país democraticamente maduro.

É crucial fortalecer a segurança das instituições sociais, econômicas e políticas contra ameaças externas (das quais a médio prazo estamos libertos) e contenciosos internos (ardentes nos últimos tempos). Esses, a meu ver, sem soluções a curto prazo.

Deixo-lhes uma reflexão: qual a natureza do corpo de militares que a sociedade deseja e pretende arcar? Enxuto e profissional ou abrangente e social? Envolvido em política ou abrigado dessas tentações?

Os cenários de guerra não são mais westfalianos, quando se subordinavam à confrontação entre estados-nação. Agora, viceja a “guerra de quarta geração”, sem fronteiras, inimigos sem rosto e objetivos não palpáveis. O centro de gravidade é a vontade de lutar, e a opinião pública, genuína ou forjada.

Por tudo isso, cabe à sociedade a intransferível responsabilidade de avaliar adequações que possam ser necessárias ao papel das Forças Armadas. Protegê-las contra corsários em busca de credibilidade. Fortalecê-las como instrumento independente do Estado, peça importante da estabilidade interna e da dissuasão externa, tão somente em nome do povo brasileiro.

Paz e bem!



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

OTÁVIO S. DO RÊGO BARROS



Compartilhe!

"QUE PAÍS É ESSE?"

O Brasil sob o governo de Bolsonaro é sintoma evidente de uma história que precisa ser decifrada, avalia o historiador Alberto Aggio. O país, seguramente, não é para principiantes



Protesto contra Bolsonaro: Não será possível superar o Brasil de Bolsonaro apenas com o voto, mas será um passo necessário e imprescindível, avalia Aggio

O Brasil não é para principiantes. Quantas vezes já se leu ou ouviu essa frase, atribuída a Antonio Carlos Jobim? Frequentemente, ela é mencionada para atestar a dificuldade de se compreender o país. Está presente em quase todos os exercícios de revisão das principais interpretações sobre a formação histórica brasileira. Comunidades de cientistas sociais se dedicam, recorrentemente, a pensar e repensar os intérpretes do país, em encontros científicos, seminários e antologias de ensaios, sem chegarem a conclusões mais definitivas.

Como se sabe, as interpretações sobre o Brasil compõem uma tradição de enorme multiplicidade em suas abordagens, nada uniforme e harmônica, produzida em diversos momentos da sua his-

tória. Uma tradição que ensejou embates inclinados tanto à conciliação quanto ao rechaço a ela. Um paradoxo nem sempre percebido nas disputas políticas e culturais que se desenrolam no presente. Pensar o Brasil nunca foi apenas um exercício acadêmico ou intelectual. Trata-se de um debate que alimenta, o tempo todo, projetos que visam ao futuro do país.

O Brasil, seguramente, não é para principiantes. Contudo, não seria absurdo pensar, ultrapassando o senso comum, que tal asseveração poderia ser aplicada a inúmeros países, dos EUA à Rússia, da China ao México, do Afeganistão à Bolívia, apenas para mencionar alguns exemplos. Em todos eles, há incógnitas a serem decifradas, e seus problemas atuais não são nada simples, como temos visto.



Protesto na Esplanada: Conceber o Brasil apenas como o país do “jeitinho” ou da “gambiarra” é desacreditar a compreensão do seu lugar no mundo

É preciso estabelecer, também, um questionamento a respeito do exagero de que o Brasil guarda uma excepcionalidade superlativamente distinta de outras experiências históricas, com seus maneirismos típicos dos quais o “jeitinho” ou a “gambiarra” são incensados ad nauseum. Além de um ar de troça e menosprezo, há nesse tipo de leitura uma soberba que visa desacreditar a tarefa do pensamento na compreensão do país, bem como do seu lugar no mundo. Essa forma de conceber o país é inútil e improdutiva perante os desafios civilizatórios que temos diante de uma mundialização que se impõe a cada dia. Se o Brasil for apenas isso, estamos fritos.

O realismo nos indica que, para pensar a experiência histórica brasileira, isolando os esquemas sociológicos abstratos, o exercício da comparação é vital. A equalização ao tempo dos contemporâneos não poderá ser sequer vislumbrada, caso não se reconheça que a vida social e política, a economia e os valores civilizatórios são hoje História global. Se-

“
É PRECISO ESTABELECEER,
TAMBÉM, UM
QUESTIONAMENTO A
RESPEITO DO EXAGERO
DE QUE O BRASIL GUARDA
UMA EXCEPCIONALIDADE
SUPERLATIVAMENTE
DISTINTA DE OUTRAS
EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

”

ria importante pensar intelectualmente o Brasil, por meio de uma análise capaz de alocá-lo num quadro comum de problemas de natureza interdependente, entre os quais se podem mencionar os desafios da consolidação da democracia, da inserção na globalização da defesa e afirmação da sustentabilidade ecológica.

Embora não caiba dizer que existe uma linhagem do pensamento brasileiro seguindo essas indicações, há quem já a percorra sob uma chave de leitura que afirma, analiticamente, que a sobreposição, combinação e síntese entre a matriz ibérica e uma tradução particular do americanismo deram ao país a morfologia da sua formação social. A partir dessa chave, o Brasil pode ser pensado concretamente, ainda que essa não seja uma tarefa exclusiva do pensamento social e de seus intelectuais. A complexidade que daí deriva supõe a recusa à adoção da estra-

tégia de um “tempo exaltado” como solução dos nossos dilemas históricos, ao se sugerir, como faz Luiz Werneck Vianna, a proposição de “exploração do transformismo ‘de registro positivo’” como a melhor indicação para a compreensão dos “processos societários novos, na sociedade brasileira, (...) depois da institucionalização da democracia política, em meados dos anos 80”*.

Brasil Moderno

O Brasil moderno se fez em meio às disputas intelectuais e políticas pela hegemonia no andamento da sua “revolução passiva”, uma história de paradoxos, contradições e incompletudes. Até mesmo movimentos que buscaram caminho modernizador e democrático, como foi o Modernismo de 100 anos atrás, vivenciaram isso e, de acordo com Vinicius Müller, acabaram produzindo “nova situação de exclusão ou, no mínimo, de diferenciação, entre os membros iluminados da intelligentsia e aqueles que, mesmo formando uma grande parte do país, são, segundo esse olhar, analfabetos políticos, ignorantes religiosos, facilmente manipuláveis e/ou pouco conhecedores da própria história”**.

Que país é esse? Perguntava-se um atormentado Renato Russo, numa de suas canções no final dos anos 1980. Décadas à frente, ainda perplexos, somos nós que indagamos: que país é esse que entronizou Bolsonaro? Não há como não reconhecer que o Brasil sob Bolsonaro é sintoma evidente de uma história que precisa ser decifrada. Não pode ser visto como um parêntesis. Ele já estava aí, mas não foi percebido em sua barbárie e no seu espantoso espelhismo antiglobalista. Não será possível superá-lo, verdadeiramente, apenas apertando os botões da urna eletrônica, embora esse seja um passo necessário e imprescindível.

[1] VIANNA, L. W. A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 10.

[2] MÜLLER, V. A História como presente. Brasília: FAP, 2020, p. 191-2.

“

O BRASIL MODERNO
SE FEZ EM MEIO ÀS
DISPUTAS INTELECTUAIS
E POLÍTICAS PELA
HEGEMONIA NO
ANDAMENTO DA SUA
'REVOLUÇÃO PASSIVA',
UMA HISTÓRIA
DE PARADOXOS,
CONTRADIÇÕES E
INCOMPLETUDES

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ALBERTO AGGIO



Compartilhe!



CONGRESSO
NACIONAL

Foto: Roque de Sá / Agência Senado

Funções precípuas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estão, atualmente, apequenadas e desvirtuadas, avalia Medeiros

O Congresso Nacional sob escrutínio

Varejo político desvirtua o papel da Câmara dos Deputados, que não consegue representar adequadamente o povo. O Senado da República, por sua vez, falha em atuar na representação dos estados

A sociedade brasileira mantém avaliação negativa dos políticos e do Congresso Nacional. O acordo político do governo Bolsonaro com o Centrão estimulou o protagonismo do Congresso. Mas contribuiu para a avaliação negativa dos políticos. O acordo resultou no aumento vertiginoso das emendas de parlamentares e dos fundos partidário e eleitoral.

Tudo somado, o Orçamento da União de 2022 destinará em torno de R\$ 40 bilhões aos partidos e aos parlamentares. A sociedade reage. E joga, outra vez, luz sobre o desempenho e a imagem do Congresso. O que esperar dele? A crise ética ainda é resultante da nossa herança patrimonialista? Nosso sistema híbrido de governo - presidencialista-parlamentarista - exauriu-se? O pacto social da Constituição de 1988 chegou ao fim?

A questão central é que nem a Câmara Federal representa adequadamente o

povo, nem o Senado da República opera bem para representar o território, isto é, os estados. Os deputados federais viraram "vereadores federais". E os senadores, ao deixarem de ter papel apenas revisor, tornaram-se um misto de deputados e vereadores. As funções precípuas da Câmara e do Senado estão apequenadas e desvirtuadas. Embora eles tenham muito poder, o varejo político desorganiza a possibilidade de atuação estratégica e efetiva. Predomina a pequena política do clientelismo, do corporativismo, do varejo, dos arranjos, e tudo mais que a opinião pública condena. Tudo funciona para a manutenção e renovação dos mandatos dos parlamentares. Pouco de grande política. Muito da pequena política. São necessárias reformas políticas que resgatem o papel da Câmara como representante direta dos cidadãos, e o papel do Senado como casa revisora representante dos estados.

O Senado trabalha como se fosse uma

Câmara dos Deputados. Já a Câmara, como fruto das anomalias criadas pelo Pacote de abril de 1977 e pela Constituição de 1988, teve o número de vagas para estados, com população pequena, inflados artificialmente. Criou-se um problema estrutural de super-representação dos estados menores e sub-representação dos estados maiores. O Pacote reduziu o poder político de São Paulo e dos estados mais urbanizados. Alvejou a democracia representativa.

As reformas políticas que estão em pauta não vão contribuir para o resgate do Congresso Nacional. São retrocessos democráticos. As questões que precisam ser atacadas são de outra natureza – começando pelo sistema híbrido de governo. O resgate da dimensão republicana da democracia brasileira requer reformas que promovam legitimidade na delegação e consensualidade no exercício do poder. Com a atual forma de funcionamento do Congresso, não se produz nem legitimidade da representação política (os políticos eleitos), nem consensualidade no exercício do poder (governança).

Sem incorrer num panpoliticismo que pretenda forjar a realidade à base de “golpes de lei”, é necessário desencadear uma sequência de mudanças institucionais articuladas entre si, para resgatar o papel do Congresso e fazer avançar a democracia brasileira. Seguem, aqui, de forma esquemática e como contribuição ao debate, algumas propostas factíveis.

Primeiro, enquanto se discute se o Brasil vai ou não implantar o sistema distrital misto, é possível melhorar a representatividade do sistema eleitoral brasileiro pela simples alteração do sistema de redistribuição de sobras, mudando-se do sistema D’Hondt para o sistema Saint-League, caso as coligações voltem a ser permitidas. O Saint-League aumenta o denominador do cálculo da distribuição de sobras, estimulando os pequenos partidos a concorrerem sozinhos às eleições.

Segundo, a melhoria da representatividade passa, também, pela adequada representação dos estados. Isso pode acontecer se a redistribuição do número de vagas destinadas a cada estado, na Câmara Federal, devolver o valor do índice de Gini ao patamar de 1950, ou seja, à escala próxima ao intervalo entre .24 e .35. Isso tornaria mais proporcional e legítima a formação da

Câmara Federal.

Simulei que limites mínimos e máximos de seis e setenta deputados por estado, respectivamente, permitiriam melhor equilíbrio, assumindo a proposta original da Comissão Afonso Arinos, na Constituinte de 1988, que reduzia para 420 o total de deputados na Câmara. Com esses dados, chega-se a um índice de Gini de .3347.

Terceiro, é necessário promover a limpeza da pauta de problemas da Câmara Federal, retirando matérias regionais típicas de assembleias legislativas estaduais, desde que não fira o princípio federalista. Isso pode ser feito por iniciativas infraconstitucionais e permitiriam a melhoria da qualidade da ação dos congressistas.

Por último, é importante repaginar o formato do bicameralismo brasileiro, para a recuperação do equilíbrio bicameral. As regras atuais tornam o Senado uma Câmara dos Deputados, deixando de ser apenas uma casa revisora e representante do território, e não do povo.

O Congresso Nacional não cumpre bem as três grandes funções dos Parlamentos na democracia representativa: a iniciativa de leis; a fiscalização do Executivo; e a formação e renovação de elites e lideranças políticas. Essa baixa relevância, apesar de seu poder atual, é disruptiva para a democracia brasileira.

“

AS REFORMAS POLÍTICAS
QUE ESTÃO EM Pauta
NÃO VÃO CONTRIBUIR
PARA O RESGATE DO
CONGRESSO NACIONAL.
SÃO RETROCESSOS
DEMOCRÁTICOS

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ANTÔNIO C. DE MEDEIROS



Compartilhe!



Investigações da CPI da Pandemia no Senado têm mostrado as falhas, o negacionismo e o descaso do governo Bolsonaro no combate à Covid

O que se pode esperar de uma CPI

CPIs têm o poder fiscalizatório sobre aquilo que tem a ver com o trato da coisa pública. Algumas balançaram o país, como a do PC Farias, Anões do Orçamento, Petrobras e a CPMI dos Correios

São recorrentes os questionamentos quando alguma casa legislativa institui uma comissão parlamentar de inquérito, a CPI. Um deles é sobre se a Comissão vai produzir os resultados que dela se espera ou se “vai dar em pizza”. É tema legítimo e vale a pena comentar. O Congresso Nacional, suas Casas, assim como as instituições do Poder Legislativo dos estados e municípios têm três funções básicas: legislar, fiscalizar o Poder Executivo e servir de espaço para o debate público. A primeira função é a definida pelo seu nome: “Poder Legislativo” e as demais lhe são vinculadas.

As comissões existem para dar funcionalidade à Casa, a organização do trabalho parlamentar em comissões se dá por razões práticas. E, numa democracia, cabe a quem venceu as eleições, a maioria, governar. E à minoria cumpre fazer oposição. Assim, as CPIs são a expressão constitucional do direito e do dever da minoria.

Por isso, como reiterou o Supremo Tri-

bunal Federal, o requerimento de uma CPI subscrito por um terço da Casa Legislativa, cria a comissão, e deve implicar sua instalação, desde que fundado em fato determinado e por prazo certo. Como enfatizou o STF, pela voz do Ministro Celso de Mello:

Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), cumpre, ao Presidente da Casa Legislativa, adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter, ao Plenário da Casa legislativa, quer por intermédio de formulação de Questão de Ordem, quer mediante interposição de recurso ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer comissão



Foto: José Cruz / Agência Brasil

Sessão do Congresso Nacional que instalou a CPMI dos Correios, que acabou investigando o Mensalão do PT

parlamentar de inquérito. (...). "[1]

Uma CPI dispõe de poderes semelhantes àqueles que as leis endereçam ao Poder Judiciário, no momento da instrução processual penal. Por conta deles, e de seu natural apelo mediático, é comum que se exija de uma CPI alcançar propósitos, alguns alheios à sua natureza, como colocar as pessoas investigadas na cadeia ou aplicar as punições que são de competência de outra instituição. Para cobrar de nossos representantes que atuam em CPI as atitudes que constitucionalmente lhes compete, cabe recordar isso.

Para que a cidadania democrática cibre de uma CPI aquilo que ela pode e deve dar, o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que investigou o chamado Mensalão, é didático:

“Os objetivos de uma CPI devem ser claramente definidos e proclamados, até para que não se estimulem ilusões, e não se pretenda alcançar objetivos que não lhes dizem respeito.

*Pode-se exigir de uma CPI: que contribua para a **transparência da Administração Pública**, à medida que revela, para a cidadania, fatos e circunstâncias que, de outra forma, não seriam de conhecimento público; que, na qualidade de órgão do Poder Legislativo, possibilite o **exame crítico da legislação** aplicável ao caso sob investigação; que proponha à Casa respectiva do Congresso Nacional, sempre que*

*cabível, a **abertura de processo contra Senador ou Deputado Federal** – ou outro agente político - quando o nome desse parlamentar estiver vinculado a fatos ou atos que possam implicar prejuízo à imagem do Congresso Nacional, ou seja, sempre que ali se possa identificar possível quebra do decoro parlamentar; que interceda junto aos órgãos responsáveis da Administração Pública para **sustar as irregularidades e/ou práticas lesivas** que suas investigações identifiquem; que **aponte ao Ministério Público os fatos que possam caracterizar delitos ou prejuízos à Administração Pública** para que esse órgão estatal possa promover a responsabilidade civil e penal correspondente; e que **proponha modificações no arcabouço legal e institucional**, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento constante da democracia no país, evitando a reincidência no fato determinado objeto de investigação.”*

[1] MS 26.441, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 25-4-2007, Plenário, DJE de 18-12-2009.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ARLINDO F. DE OLIVEIRA



Compartilhe!



ENTREVISTA ESPECIAL - JAIRO NICOLAU

'Urna eletrônica é motivo de orgulho, não de polêmica'

Militância do presidente da República na suspeição do voto digital pode ter contaminado cerca de um terço do eleitorado brasileiro, acredita o cientista político Jairo Nicolau, entrevistado especial da edição de setembro da Revista Política Democrática Online

Por Caetano Araujo, Arlindo Oliveira e André Amado

Entrevistado especial da edição de setembro da Revista Política Democrática Online, o cientista político Jairo Nicolau critica duramente os ataques contínuos do presidente da República à urna eletrônica - e ao processo eleitoral brasileiro -, considerada por ele como um dos processos de votação mais eficientes do mundo. "A urna eletrônica foi um grande passo para aperfeiçoar o processo de votação no Brasil. É, assim, um sucesso tanto contra a corrupção como na adulteração da vontade do eleitor no momento da votação e, claro, depois na contagem dos votos", avalia.

De acordo com o professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), estima-se que a militância do presidente da República na suspeição do voto digital possa ter contaminado cerca de um terço do eleitorado. "O estrago é tão lastimável como irreversível. Poderá ser um período grande de desconfiança, de crises políticas graves", lamenta.

Mestre e doutor em Ciências Políticas no IUPERJ, com pós-doutorado na Universidade de Oxford e no King's Brazil Institute, Jairo é autor de vários livros sobre a política brasileira, como *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 e *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. O último deles, publicado já durante a epidemia, é "O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018".

Na entrevista à Revista Política Democrática Online, Jairo Nicolau também comenta temas como o sistema político brasileiro, reforma política, fragmentação partidária e processo eleitoral, entre outros. Confira, a seguir, os principais trechos:

Revista Política Democrática Online (RPD): Seu livro sobre a história do processo eleitoral no Brasil louva nosso sistema eleitoral por ser isento de fraudes. Como avaliar os questionamentos que se têm levantado recentemente quanto à inteireza do sistema de votação e, em particular, de apuração?

Jairo Nicolau (JN): Dei ênfase à redução das fraudes, não a seu banimento. Até pouco tempo, as fraudes aconteciam em dois momentos. No momento da votação

propriamente dita - e todos aqui somos da época da urna de lona, da cédula de papel, e nos lembramos de como era difícil controlar as fraudes, mesas sendo arranjadas para facilitar que certas forças políticas comparecessem para encobrir o comparecimento de uma pessoa, votar no lugar de outra. E, na hora da apuração, quando todas as cédulas eram depositadas sobre mesas situadas em ginásios esportivos. Pegava-se um uma cédula, lia-se o nome de um e cantava-se o nome de outro. Se não tivesse um fiscal ali, na hora de transformar os votos contados para os boletins de urna, ninguém detinha as fraudes. Fui presidente de sessão eleitoral durante muitos anos e acompanhei as apurações e lembro bem de alguns casos.

Esse tipo de fraude terminou com a urna eletrônica. Além da urna eletrônica, temos hoje também um cadastro nacional de eleitores, de que pouca gente fala, que é checado periodicamente para evitar duplicação de entrada de eleitores. Dispomos ainda da leitura biométrica da identificação dos eleitores que exclui qualquer possibilidade de termos um eleitor inscrito em mais de uma sessão eleitoral ou uma pessoa votando em nome da outra. A urna eletrônica é, assim, um sucesso tanto contra a corrupção como na adulteração da vontade do eleitor no momento da votação e, claro, depois na contagem dos votos.

Subsistem algumas denúncias no atual processo eleitoral, como as de compra de votos, vale dizer, a influência política de alguns segmentos das elites sobre eleitores mais vulneráveis em certas áreas do Brasil. Isso não está mapeado, mas, de fato, ocor-

“

ALÉM DA URNA ELETRÔNICA, TEMOS HOJE TAMBÉM UM CADASTRO NACIONAL DE ELEITORES, DE QUE POUCA GENTE FALA, QUE É CHECADO PERIODICAMENTE PARA EVITAR DUPLICAÇÃO DE ENTRADA DE ELEITORES

”



re. Ainda não contamos com um sistema de eleição semelhante a países com elevado nível de educação, como na Escandinávia, por exemplo. Mas o que a urna eletrônica fez já foi uma grande conquista. Não se dispõem de estatísticas confiáveis a respeito da confiabilidade das urnas eletrônicas. Estima-se que a militância do presidente da República de suspeição do voto digital possa ter contaminado cerca de um terço do eleitorado. O estrago é tão lastimável como irreversível.

Do nosso lado, dos democratas, das pessoas que acreditam que a urna foi um grande passo de aperfeiçoar o processo de votação no Brasil, resta sempre um movimento de reação. Reação significa campanha, denunciar fake news. Mas o estrago já está feito, justo quando deveríamos estar celebrando o reconhecimento de um dos processos de votação mais eficientes que conseguem traduzir a vontade do eleitor em preferência política do mundo. Diria até que, do ponto de vista da logística, é o melhor do mundo.

E esse sistema foi colocado em xeque pelo senhor Jair Bolsonaro. Poderá ser um período grande de desconfiança, de crises políticas graves. Continuo otimista com relação a nossa urna eletrônica e, agora, com o voto biométrico. É, sem dúvida, motivo de orgulho, não de polêmica, para todos nós, brasileiros.

RPD: Mais uma vez, estamos presenciando tentativas de alteração do sistema eleitoral a pouco mais de ano

do pleito 22. Toda essa movimentação obedece ao receio dos deputados de não se reelegerem reflete, de fato, a necessidade de aprimorar o sistema eleitoral? A seu juízo, que alterações se justificariam para além dos interesses da sobrevivência eleitoral de A, B ou C?

JN: m razão da regra de que qualquer mudança eleitoral só vale depois de um ano de aprovada, os anos ímpares costumam acumular propostas várias de reforma das regras do processo de votação. Aprovou-se, por exemplo, um calendário de entrada em vigor da cláusula de desempenho, ou seja, que os partidos devem ter uma votação mínima em âmbito nacional para eleições para a Câmara, para o partido ter, depois da eleição, acesso a recursos importantes, como fundo partidário, tempo de televisão. Essa regra já está em vigor, e a legislação prevê que ela vai aumentar até 2030. Ou seja, é possível fazer reformas nas regras eleitorais necessariamente para entrar em vigor na eleição seguinte.

Mas o quadro que a gente tem hoje, pelo menos desde 2014 sobretudo, é que, com algumas reformas, ficou claro que o intuito dos deputados era muito mais de se preservar politicamente do que pensar algum tipo de reforma mais generosa para o país, de aperfeiçoamento do sistema representativo. Acompanho, há muito tempo, os debates na Câmara e compreendo que a motivação dos deputados para reformas não exclui sobrevivência política. Seria estranho imaginar-se partidos cometendo suicídios

“

CONTINUO OTIMISTA COM
 RELAÇÃO A NOSSA URNA
 ELETRÔNICA E, AGORA, COM
 O VOTO BIOMÉTRICO. É, SEM
 DÚVIDA, MOTIVO DE ORGULHO,
 NÃO DE POLÊMICA, PARA TODOS
 NÓS, BRASILEIROS

”

políticos. Vejamos a questão do voto distrital. Sabemos que, por essa via, partidos de opinião praticamente desapareceriam. Ninguém espera um cálculo político absurdo desse tipo. Defende-se, também, a representação proporcional. Será apenas para proteger os interesses de minoriais? Difícil dizer. Em toda eleição tem um pouco de malícia, de auto-interesse, o que não é necessariamente ruim.

É o que tem acontecido, e aconteceu primeiro com o fundo eleitoral. Quando os deputados e senadores criaram, em 2015, o fundo eleitoral, perceberam que seria estratégico para a sobrevivência política. O dinheiro da campanha viria, sobretudo, do fundo; só faltava criar regras para proteger quem já tinha mandato. Na confecção do fundo, foram muito generosos consigo mesmos. Os partidos maiores ficaram com muito mais dinheiro do que os menores. Como era uma primeira eleição com o fundo, não custava ter deixado uma parte maior para distribuir para os pequenos partidos. Mas, não, eles concentraram o dinheiro do fundo.

Para proteger a elite política da incerteza da recondução eleitoral, cresceram as perspectivas do chamado Distritão, proposta agora derrotada na Câmara. Na visão dos políticos - tenho muitas dúvidas se eles estavam corretos nessa análise - o Distritão



protegeria os deputados que tem mandato. Lembrem-se que, na última eleição, por exemplo, partidos, como o PP, o Progressista, deram muito mais dinheiro para quem tinha mandato, tentando atraí-los para suas legendas. Chegou-se a prometer dois milhões e meio por candidato. Ou seja, o partido não lança candidato à presidência, economiza e, com as sobras, celebra as barganhas. Apoiavam-se em propostas substantivas, republicanas, de melhor servir à cidadania? Não, prevalecia a ideia clássica que move os deputados: o interesse de pessoas, de políticos, nada a ver com os interesses dos partidos.

Reformas desse tipo, que chamo de egoísmo extremado, haverão de conduzir ao desaparecimento de partidos, que se atomizariam e se fragmentariam ante a ânsia incontida dos políticos de sobreviverem abraçando mandatos, avessos a tudo que possa soar republicano, orgânico, de interesse público.

Não devemos esquecer que, em 2017, houve reforma profunda das regras eleitorais: acabou-se com a coligação e criou-se um sistema de cláusula de desempenho que



Foto: Reprodução FGV

vai subindo até 2030. O mais curioso é que, até agora, não se testou numa eleição nacional o fim das coligações, muito embora já conste da Constituição, o que um absurdo, é demais. Tanto mais quando já se tenta retirar da Carta Magna o que não foi testado. O que é isso se não é auto interesse? Se há quatro anos era importante para o Brasil acabar com as coligações, o que mudou agora?

A meu ver, esse debate foi muito mal encaminhado, conjugado ainda com essa discussão descabida sobre voto impresso. Com base em minha experiência de estudar esse assunto há muito tempo, digo que nunca vi um debate tão ruim, tão mal feito, tão mal escrito, tão desalinhado como esse das três comissões que o analisaram. É o sinal dos dias, uma legislatura medíocre que se meteu num tema que exige certa especialização e que não poderia ter produzido outra coisa que não um resultado medíocre.

RPD: Seu livro sobre o processo eleitoral para a câmara foi publicado em 2017, meses antes da promulgação da emenda constitucional que proíbe coligação, e a possibilidade de adoção de uma cláusula de barreira de 1,5%, progressiva no tempo, que terminou sendo adotada pela emenda de iniciativa do senador Ferraço. Acredita que a cláusula de desempenho nessa década funcionará com o propósito tal como foi imaginada, isto é, de 2%, 2,5%, em 2026, e 3%, em 2030?

JN: Acho que sim. A gente chegou a

tamanho grau de pulverização e fragmentação partidárias que, independentemente do fim da coligação, iniciou-se um processo que se assemelha a uma onda. A onda foi ao máximo com a pulverização de partidos pequenos. Não há congresso algum no mundo que tenha o maior partido representado com menos de 60 membros. Tal hiperfragmentação é disfuncional. A cada votação na Câmara, tem-se de contar com 26 indicações de lideranças. Viu-se isso no processo de impeachment da Dilma. O eleitor não consegue mais seguir um partido diante de tantas siglas. Os políticos não logram criar uma identidade com uma legenda, porque a confusão é total.

É ruim para o presidente. A própria presidente Dilma mencionou que, na época do Fernando Henrique, do Lula, eles tinham cinco, seis partidos na coalizão. No caso dela, eram 14 ou mais.

Mas há uma razão que me parece fundamental para esse processo que eu estou apontando de encolhimento do quadro, de fragmentação, que é o dinheiro. Quer dizer, não dá para pulverizar o dinheiro, a elite política percebe que tem de concentrá-lo na mão de um número menor do que 26 forças políticas. Já algum movimento nessa direção. Alguns políticos do PSD falam de fusão com o PP e o PSL, que daria um mega partido de direita, ultrapassando 100 deputados, pela primeira vez em mais de 20 anos.

O problema maior pode ser para as pequenas legendas. O que têm acrescentado

no debate nacional, com algumas exceções? Muito pouco. A cláusula de desempenho não foi mexida, vai manter-se a mesma, então o que mexe com o dinheiro não é a coligação, lembrando que a coligação é uma decisão do político, o fato de ter a norma não significa que, na prática, ela se concretize. Na campanha de 1986, muito poucos partidos se coligaram. O PT e o PSD, do Kassab, sempre se opuseram a coligações, e não será, agora, quando passam por um bom momento político, que haverão de rever sua posição de base.

Tudo indica, portanto, que quem quer coligar-se não tem cacife e quem não quer vai partir para atuações isoladas em alguns Estados, decididos a não se prestar a dar carona a partidos menores. Daí porque eu achar que o congresso de 2022 vai ser mais compacto do que o atual. Claro, não vamos chegar ao modelo inglês, com dois grandes partidos e alguns partidos pequenininhos. Nossa fragmentação é tão alta que vamos levar muito tempo para voltar, por exemplo, ao que éramos na década de 90, com oito ou dez partidos. Isso só não aconteceu em 2018 por uma razão puramente contingente, o arrastão bolsonarista. Caso contrário, o DEM, PSDB e MDB teriam bancadas mais expressivas com 50, 60 deputados cada um.

Quer dizer, o que o Bolsonaro fez em 2018, com aquele desempenho impressionante no primeiro turno, que se traduziu numa bancada gigantesca de deputados, ajudou, digamos assim, a quebrar um padrão, mas isso, para mim, não continua. Nem sempre há eleições extraordinárias. Vimos muitas eleições depois da redemocratização, e só em uma, um partido, fez o estrago. Se a gente olhar e comparar o que aconteceu com o maior partido do Brasil, o Partido dos Trabalhadores, para chegar a 50 deputados, o PT passou por umas cinco eleições. Teve oito em 82, dobrou para 16 em 86, foi para 30 e poucos em 90, chegou em torno de 50 em 94. Quer dizer, o partido levou uma década e meia ou duas décadas para chegar a 50 deputados, e o PSL numa eleição chegou a isso. Isso nunca tinha acontecido.

O surgimento do PSL trouxe um elemento ainda de fragmentação. Agora, o PSL, não é à toa que ele está buscando uma aliança com outro partido, porque eles estão percebendo que ali de baixo não tem nada, é oco. O partido não tem nome, aquilo ali

“

O surgimento do PSL trouxe um elemento ainda de fragmentação. Agora, o PSL, não é à toa que ele está buscando uma aliança com outro partido, porque eles estão percebendo que ali de baixo não tem nada, é oco. O partido não tem nome, aquilo ali foi um arrastão ocasional

”

foi um arrastão ocasional. Eu apostaria, intuitivamente, é uma aposta só de conversa fiada, vamos dizer assim, que uma boa parte, sei lá, 60%, 70% dos deputados do PSL não se reelegem mais, eles entraram ali e vão sumir como surgiram. Para mim, 22 será o momento de compactação política. Mas, de novo, não vai ser a compactação como conhecemos na década de 90, mas tampouco vamos repetir esse modelo de hiperpulverização de 2018.

RPD: Sabemos que nosso sistema eleitoral nas eleições proporcionais não é um sistema frequente no mundo. Normalmente, quem adota o sistema proporcional adota o sistema com alguma forma de fechamento ou pré-ordenamento das listas. Dado que nós temos uma certa singularidade nesse ponto, quais seriam, do ponto de vista dos eleitores, os principais problemas que esse sistema acarreta para nós?

JN: Para mim, o maior efeito desse sistema é que tem muitas formas de organizar-se a representação proporcional. O que há em comum entre os vários países que usam a representação proporcional é o princípio de que cada partido lança uma lista de nomes. Se a gente for na Polônia, na Bulgária, em Portugal, na Espanha, qualquer país do mundo que usa a representação proporcional, o fundamento é: lance uma lista de

“

SEMPRE HOUE PADRE, UM RADIALISTA, UM ARTISTA DA TELEVISÃO FAZENDO POLÍTICA, LIDERANÇAS DA SOCIEDADE SEMPRE ENTRARAM NA POLÍTICA DA VIDA

”

Foto: Reprodução FGV



nomes, o voto dessa lista vai ser contado e nós vamos distribuir as cadeiras proporcionalmente segundo o volume de votos de cada lista. Isso é o que há de comum. Em Portugal, por exemplo, o eleitor não vota em nomes, porque a lista já vem prontinha de casa. Digamos que se no Brasil o sistema português fosse adotado, nós chegaríamos na seção eleitoral, olháriamos a ordem dos nomes. Primeiro lugar, candidato fulano, beltrano, ciclano. Assim funciona em Portugal, de modo de que na hora que se olha para a cédula, só marca um xis onde está seu partido. Como a gente votava para presidente no Brasil na época da cédula de papel, é uma cédula portuguesa para deputados: aparecem o símbolo do partido e o nome. A marcação do lado indica que se comprou o pacote, não se está escolhendo um nome.

O que temos no Brasil é um sistema cuja ênfase no nome no candidato é muito forte. Costumo dizer que isso é agravado para os eleitores comuns pelo próprio processo de

votação. A urna eletrônica, em que pesem todas as virtudes que identifiquei, não ajuda passar para o eleitor a sensação que ele está votando numa lista e não num nome. Se eu tivesse, por exemplo, um eleitor peruano que usa o sistema brasileiro de lista aberta, ele tem uma cédula grandona com o nome de todos os candidatos e as listas. Ele vai lá e marca um nomezinho na cédula, com todos os candidatos. Claro, no Brasil não daria porque são 400, 500 candidatos. Mas, se fossem 80, na época da cédula de papel, você faz uma cédula peruana, grandona, com retratinho, você vai lá e escolhe o retratinho, você está votando no nome. No Brasil, a gente não tem isso. Então, respondendo a sua pergunta, eu acho que o maior problema que eu vejo na lista aberta é que o papel do político individual é muito grande. E como os Estados cresceram muito em tamanho, a população ficou muito grande e a sociedade brasileira, mais complexa, a política ficou mais democrática, os interesses atomizados da sociedade começaram a

adotar o lugar da política, dos partidos, de uma maneira, fazendo uma ligação direta, que não existia no passado. Claro que sempre houve padre, um radialista, um artista da televisão fazendo política, lideranças da sociedade sempre entraram na política da vida. Nem todo mundo precisa começar a carreira política se filiando no diretório local, sendo vereador, depois deputado estadual. Essa carreira, digamos linear, acontece, mas o que eu percebo, recentemente, é que com essa mudança da sociedade brasileira, o atalho entre celebridades, lideranças da sociedade civil e a política, tanto para bem quanto para mal, ficou muito curtinho, ficou muito rápido.

A bancada do PSL é isto, não é? São 50 personalidades, raríssimos políticos de carreira ali, são pouquíssimos. Isso aparece com interesses econômicos, empresários que no passado faziam lobby, tinham amigos na política, começaram a se meter com política. Não estou falando de grandes empresários, do presidente da CNI, não, eu estou falando de empresários locais, dono de uma transportadora, um pecuarista que resolve ele mesmo entrar na política. Interesses, claro, do outro lado, sindicais. Não mais interesses religiosos, a gente não está falando de um líder religioso nacional, a gente está falando de um pastor de uma igreja pequena, de uma região do Rio de Janeiro, o sujeito vai direto. É um pastor de uma igreja rural, não tem atalho, ele entra num partido um ano antes da eleição, se elege federal. Ele é representante de quem? Ele é simplesmente o intermediador em Brasília entre os interesses da igreja e dos moradores lá da região dele.

RPD: A fragmentação está relacionada ao sistema? A falta de transparência e de inteligibilidade para os próprios eleitores está relacionada com isso? O que fazer para poder avançar na solução dessas questões?

JN: Acho que de certa maneira não tem como tirar a responsabilidade do sistema proporcional de lista aberta combinando com a mudança que o país passou. Quando a elite política era mais fechada, ela resolvia bem isso. Digamos, colocava os quadros, pensando até recentemente, no PSDB, nos partidos que fizeram a constituinte. Você tinha uma elite parlamentar que controlava a política e às vezes aparecia uma figura des-

“

EU ACHO MELHOR NÃO MEXER EM NADA. 2022, COM AS MESMAS REGRAS DE 2018, COM APERFEIÇOAMENTO DE UM FIM DA COLIGAÇÃO E UM AUMENTO DOS 2% DA CLÁUSULA DE DESEMPENHO

”

sa, mas ele ficava na franja do sistema político, ele era em menor número. Agora, o Brasil mudou, o sistema eleitoral é o mesmo. Esse atalho é feito em ligação direta. Como a gente fazia no passado, ligava o carro em ligação direta, você não tem chave, não tem intermediação, isso me preocupa.

Para mim, mesmo uma reforma política, no que a gente está falando aqui de compactação, vai melhorar um pouco a inteligibilidade do sistema, ele vai ficar um pouco mais arrumado, mas essa questão mais funda, do hiperparticularismo dominando a política, que tem a ver com a lista aberta – claro, você pode botar uma lista fechada e não resolver esse problema –, que a lista aberta agrava esse problema eu não tenho dúvida. Isso veio para ficar, ou seja, o legislativo brasileiro está muito pulverizado não só em termos partidários, mas do particularismo dos interesses locais, interesses pontuais. A gente vê uma campanha para deputado, eu lembro que, no ano passado, tinha um sujeito que era representante dos porteiros do Rio de Janeiro, ele queria voto como representantes dos porteiros e trabalhadores nos prédios. “Eu quero representá-los em Brasília”. Veja, não é mais o interesse territorial, é o hiperinteresse. Isso realmente me preocupa, e eu não sei como a gente tem como mudar isso. Porque depois que a gente co-

Foto: Reprodução FGV



loca essas pessoas no Legislativo, aí que elas não vão querer um sistema de lista fechada, porque elas provavelmente vão ficar na raibeira da lista, não é mesmo? É um modo de reprodução que é difícil quebrar nesse caso.

RPD: Devidamente autorizado por sua experiência na academia e nos corredores da política, que proposta gostaria de ver vitoriosa nas mudanças que se insinuam na área eleitoral?

JN: Para ser totalmente honesto, e diante dessas propostas, eu diria nenhuma. Nesse momento, era melhor deixar do jeito que está. A gente fez a reforma em 2017, ela não foi experimentada, eu acho que foi uma reforma que tem mais acertos do que erros. Talvez num momento dois, digamos, a partir da próxima legislatura eleita não com essa excepcionalidade que foi a eleição de 2018, nós possamos começar a discutir, não sei se nessa seguinte ou na outra, talvez uma forma de dar um pouco mais de contenção partidária a essa lista aberta brasileira. Talvez dando aos partidos mecanismos de ordenar a lista, como se faz em Portugal, ou até um formato que é usado em alguns países europeus, que eu gosto, particularmente, que é o seguinte: você fecha a lista, mas dá ao eleitor a opção, caso ele queira, de votar num nome específico. Com isso, caso um nome tenha algum destaque, ele

pode se eleger. Quer dizer, você quebra um pouco, dá uma flexibilidade, por isso este modelo se chama lista flexível, à lista. Mas tudo isso pode ser discutido num ambiente em que, primeiro, a gente acabou com as coligações, tem uma certa compactação partidária e fique um ambiente melhor para conversar. Nesse ambiente, agora, desse atomismo que a gente conversou, eu acho melhor não mexer em nada. 2022, com as mesmas regras de 2018, com aperfeiçoamento de um fim da coligação e um aumento dos 2% da cláusula de desempenho.



SAIBA MAIS SOBRE O ENTREVISTADO

JAIRO NICOLAU



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CAETANO ARAÚJO



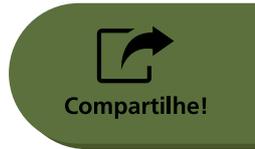
SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ARLINDO OLIVEIRA



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ANDRÉ AMADO



Enquanto Lula criou o **Luz Para Todos**

Rede **Brasil Atual**
Programa Luz para Todos incluiu 16 milhões de brasileiros na economia

Bolsonaro cria o **Luz para poucos**

O GLOBO
Bandeira vermelha da conta de luz terá alta de até 58%

452 1,7 mil 12,7 mil



Perfil no Twitter do ex-presidente Lula reforça a polarização. Postagem ataca Bolsonaro por conta da cobrança da bandeira vermelha na conta de luz

Já é 2022 na internet

Bolsonaristas e lulistas já deram início não-oficial à campanha eleitoral para 2022 e estão praticamente sozinhos no campo virtual de batalha que é, atualmente, a principal arena da disputa

Não se engane com o calendário eleitoral oficial. Nas redes sociais, 2022 já se iniciou. Os candidatos mais atentos estão atuando na velocidade das fibras óticas. Mesmo porque, como a internet é fragmentada em bolhas, o período de campanha determinado pelo TSE é extremamente curto para alavancar uma candidatura. Muito diferente dos nostálgicos anos analógicos, quando a sociedade era pautada pelos jornais, rádios e TV, e o horário eleitoral gratuito marcava de fato o início da disputa.

O curioso desse contexto é que o ano eleitoral realmente começou, mas não para todos. Bolsonaro e Lula já estão confortavelmente em campanha, abarcando 82,9% do total das menções aos presidenciáveis, no Twitter, segundo dados da AP Exata Inteligência Digital, medidos em agosto. O presidente conta com uma fatia maior de menções, atingindo 54%, ao passo que o ex-presidente alcança 28,2% das menções.

Os demais pré-candidatos têm participações residuais. Vez ou outra conseguem polemizar algum tema e aparecem um pouco



Perfil de Bolsonaro no Twitter: presidente abarca 62% de menções negativas na rede social, contra 60% do petista

“

mais, só que rapidamente voltam a uma expressividade de figurante. Estão nesse patamar Ciro Gomes, João Dória, Eduardo Leite, Rodrigo Pacheco e Sérgio Moro. Os demais nomes, até o momento, são redondamente inexpressivos nas redes.

Bolsonaristas e lulistas, portanto, estão praticamente sozinhos no campo virtual de batalha, que, hoje, é a principal arena da disputa. Bolsonaro atua para desviar o foco dos problemas reais do país e cria uma agenda própria de temas, fazendo com que internautas e a imprensa o sigam.

Assim, conseguiu transformar em amplo debate nacional a questão do voto impresso e, agora, coloca como prioridade na política brasileira as decisões do Supremo Tribunal Federal, apimentando a cortina de fumaça com o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes. É estratégico. Ao pautar a nação de acordo com os temas de seu interesse, o presidente deixa em segundo plano questões como a inflação galopante, a crise

BOLSONARO E LULA JÁ ESTÃO CONFORTAVELMENTE EM CAMPANHA, ABARCANDO 82,9% DO TOTAL DAS MENÇÕES AOS PRESIDENCIÁVEIS, NO TWITTER, SEGUNDO DADOS DA AP EXATA INTELIGÊNCIA DIGITAL, MEDIDOS EM AGOSTO

energética e o desemprego. Se não agisse proativamente, certamente seria engolido pela agenda baseada nos resultados negativos de setores importantes da gestão federal.

Já Lula evita a agenda ditada por bolsonaristas e busca reforçar sua liderança pessoal, tentando se livrar da imagem de corrupto, que o acompanha desde a Lava Jato. Tem apelado para o lado emocional das redes e busca passar imagem de vigor físico, mostrando as coxas e a jovem namorada, e também esbanja sorrisos, banhos de mar e atitudes conciliadoras. Assim, além de tentar impor

a ideia de pertencer a uma esquerda muito próxima do centro, também fecha o espaço para críticas de que, aos 75 anos, já não teria o vigor necessário para comandar o país. Ou seja, mistura vitalidade e diplomacia.

Mas, se as duas principais lideranças políticas do país conseguem dar um banho nos adversários na internet, elas também sofrem para ultrapassar barreiras e falar para além dos convertidos. Romper a bolha de influência é algo extremamente difícil, uma vez que ambos apresentam rejeições bastante altas. Também de acordo com dados, de agosto, da AP Exata, 60% das menções a Lula no Twitter são negativas. Índice muito próximo do de Bolsonaro, que abarca 62% de menções negativas.

Teoricamente, haveria espaço para uma terceira via. No entanto, para que o eleitor escolha um caminho novo, é preciso que ele enxergue a estrada. E o problema do chamado "centro" é que os nomes que se apresentam não estão sendo vistos como alternativas capazes de romper a polarização.

O mais curioso é que, dominando quase que a totalidade das conversações nas redes, petistas e bolsonaristas dominam também as ruas. Assim, tornam concreta a percepção de que seus líderes têm apoio popular. O centro ainda patina nesse sentido. Tem buscado ocupar espaços de rua e já marcou uma manifestação para o dia 12 de setembro. Mas ainda não entendeu que lideranças abstratas não significam muita coisa. É preciso se libertar das amarras partidárias, das articulações em Brasília, e focar na arena rede. Hoje, a terceira via é fatalmente composta por retardatários com dificuldades em alcançar os reais protagonistas do processo.

Desde que a internet se consolidou como o principal meio de debate político, os que não perceberam a mudança e se focam em cartas de protesto divulgadas pela imprensa e entrevistas metódicas, com palavras bonitas bem colocadas, estão sendo excluídos do processo a olhos vistos. Internet é "tiro, porrada e bomba", mas há ciência por trás, e o mapa da mina são os dados. Lula e Bolsonaro sabem disso, por isso, avançaram um ano à frente dos concorrentes.

“
HOJE, A TERCEIRA
VIA É FATALMENTE
COMPOSTA POR
RETARDATÁRIOS.
É PRECISO
SE LIBERTAR
DAS AMARRAS
PARTIDÁRIAS, DAS
ARTICULAÇÕES EM
BRÁSÍLIA,
E FOCAR NA
ARENA REDE

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

SERGIO DENICOLI



Compartilhe!



Efeitos da pandemia da Covid-19, na economia do país, levaram ao empobrecimento dos mais pobres e ao enriquecimento dos mais ricos, avalia Valdir Oliveira

Retomada da economia na tempestade perfeita

Após mais de um ano e meio de pandemia, equilíbrio no ambiente político, com o fortalecimento da democracia, é item fundamental para o país recuperar a estabilidade econômica e voltar a crescer

A economia é cíclica. Ela responde aos movimentos da vida. E os movimentos dessa pandemia, consequência da crise sanitária que estamos vivenciando, contribuíram para reforçar a já forte concentração de renda no Brasil, com a exclusão produtiva de muitos brasileiros.

Os pequenos negócios foram vítimas de seus limites de sobrevivência, e as ajudas na política compensatória, de complementação de renda, os excluíram, deixando-os sem condições de trabalho e de renda. As políticas de socorro por meio de crédito de fomento foram direcionadas para os que conseguiram se manter com um cadastro limpo, já que os caminhos foram trilhados para os bancos, e estes não podem fugir das regras do sistema financeiro, que não permite acesso aos que têm restrições cadastrais impostas pelo mercado. De forma simples, é essa a fotografia do momento, após um ano e meio de pandemia, cujo resultado foi o empobrecimento dos mais pobres e o enriquecimento dos mais ricos. A estabilidade econômica, o crescimento e a dis-

“

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA FORAM PERDIDOS PELOS IMPACTOS DA CRISE QUE VIVEMOS, POTENCIALIZADOS PELO DESTEMPERO DO MOMENTO POLÍTICO EM QUE AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS SE SOBREPÕEM À PAUTA DE SOBREVIVÊNCIA DO POVO BRASILEIRO

”

“

AS SOLUÇÕES SAÍRAM DO CAMPO ECONÔMICO OU DA SAÚDE, E PASSARAM PARA O CAMPO IDEOLÓGICO E POLÍTICO. ENTRAMOS NA TEMPESTADE PERFEITA

”

tribuição de renda das últimas décadas foram perdidos em dois anos pandêmicos e de extremos políticos, nos quais faltou a empatia de lideranças que os fizessem sentir a dor de seus liderados.

O período que antecedeu o Plano Real era de um Brasil de hiperinflação e de planos econômicos recheados de populismo, mas sem efetividade de suas propostas econômicas. As contas públicas vinham de um descontrole, desde a construção de Brasília até fortes endividamentos públicos oriundos de estratégia estatizante dos governos militares. Esse cenário trazia a perda de renda dos mais pobres, com o esgotamento da capacidade de investimento estatal, levando a uma profunda crise, debelada apenas pelo Plano Real, que atacou a doença crônica da inflação e do desequilíbrio das contas públicas. A solução econômica só se tornou possível por conta de um ambiente político equilibrado, que fortaleceu a democracia, preparando o Brasil para a construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e com distribuição de renda.

A transição proposta pelo Plano Real foi permeada de ações paralelas no intuito de ajustar a economia e socorrer os excluídos, empobrecidos, fossem pessoas físicas ou jurídicas. Soluções de crédito fora do sistema financeiro foram se multiplicando com alternativas de microcrédito ou mesmo de atuação do varejo em sua ampliação do acesso ao crédito daqueles que não cumpriam as exigências do sistema. A busca pela formalização de informais, por meio da solução do Microempreendedor Individual (MEI), que deu condições para que o sistema pudesse enxergar aqueles que estavam produzindo à margem do sistema, foi outro passo importante para que os ajustes econômicos convivessem

paralelamente com intervenções estatais no socorro dos excluídos.

Na última década, tivemos a ascensão e queda de um governo de esquerda que iniciou um descontrole nas contas públicas. Esse caminho levou o ambiente político a ser duramente atingido pela credibilidade de seus protagonistas, levando o país a um sentimento de anarquia, em que a desqualificação das instituições e seus representantes substituiu as sugestões de solução à crise. Esse ambiente favoreceu o nascimento de uma proposta liberal, de redução do Estado. A pauta era inverter a lógica do Estado para fortalecer as realidades municipais e enfraquecer o comando central, o chamado de Menos Brasília e Mais Brasil.

Foi nesse momento que entramos na pandemia. A crise sanitária levou, inicialmente, à paralisia econômica dos pequenos negócios e à perda de renda da base da pirâmide. A atividade econômica estagnou-se. O ambiente político acirrou disputas, nas quais líderes trocaram a empatia com seus liderados por influências ideológicas ou de retórica construída para o caos. As soluções saíram do campo econômico ou da saúde, e passaram para o campo ideológico e político. Entramos na tempestade perfeita.

Os indicadores de desemprego e inflação, somados ao descontrole das contas públicas, nos remetem ao início da chamada Nova República. O crescimento econômico e a distribuição de renda foram perdidos pelos impactos da crise que vivemos, potencializados pelo destempero do momento político em que as disputas ideológicas se sobrepõem à pauta de sobrevivência do povo brasileiro. O aprendizado das últimas décadas nos ensinou que a retomada da economia precisará do equilíbrio no ambiente político, com o fortalecimento da democracia. Serão necessárias medidas de intervenção do Estado para a inclusão dos brasileiros excluídos com alternativa de crédito e complemento de políticas compensatórias. Mas o custo dessa intervenção deverá ser acompanhado de um projeto de organização das contas públicas. Só assim retomaremos o caminho do desenvolvimento com a distribuição de renda que colocará o Brasil, novamente, na rota do desenvolvimento.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

VALDIR OLIVEIRA



Compartilhe!

Um meteoro no país das pedaladas

Bolsonaro aposta na legalização de pedaladas fiscais com a PEC 23, que traz mudanças significativas sobre a forma de pagamento de precatórios pelo Governo Federal



Foto: Reprodução

Judiciário sinaliza caminhos alternativos ao propor teto para pagamento de precatórios em uma medida similar à proposta do Executivo, mas dispensando a necessidade de uma PEC

O orçamento federal será atingido em cheio por um meteoro na forma de precatórios, e um míssil precisa destruí-lo, antes do vultoso impacto fiscal. Foi dessa forma que o Ministério da Economia anunciou um passivo de R\$ 90 bilhões em 2022, valor bem superior aos R\$ 55 bilhões do ano corrente. Ato contínuo, o Governo apresentou solução heterodoxa para destruir o tal meteoro: uma Proposta de Emenda Constitucional – a PEC 23 – para parcelar pagamentos de precatórios acima de determinado valor, criando modalidade de ajuste fiscal do tipo “devo, não nego, pago quando puder”. Análise menos ligeira das entranhas da proposta revela negligências e boa dose de irresponsabilidade fiscal por parte das lideranças do Poder executivo, que parecem apostar na legalização de pedaladas fiscais para enfrentar as eleições no ano que vem.

Para começar, é importante reconhecer o tamanho do meteoro anunciado pela equipe econômica. O Poder Executivo conta com R\$ 95 bilhões para manter programas governamentais – as chama-

das despesas discricionárias. Isso quer dizer que a conta de precatórios a ser paga pelo Governo equivale a um novo orçamento discricionário. Para quem não sabe, despesas discricionárias são aquelas que podem ser cortadas no curto prazo, diferentemente daquelas ditas obrigatórias (Previdência Social e salários de funcionários públicos, por exemplo). E precatórios nada mais são do que títulos emitidos pelo Governo para atestar a obrigação de se pagar uma quantia de valores a pessoas, ou empresas, que ganharam na justiça o direito de receber do poder público um quinhão de recursos: é uma dívida do Estado.

Sabe-se também que, desde 2016, vigora na Administração Pública Federal regra fiscal que impede o crescimento das despesas públicas a taxas superiores à da inflação. Tal regra é conhecida como Teto de Gastos. Matematicamente, é fácil demonstrar que o Governo não conseguirá quitar as dívidas com precatórios sem comprometer o funcionamento da máquina pública. Isso porque não há espaço fiscal para acomodar tantas despesas no

mesmo orçamento.

Diante desse dilema – pagar precatórios ou manter em operação a máquina pública –, o Governo encaminhou para o Congresso a PEC 23 com objetivo de parcelar o pagamento dos precatórios devidos. A estratégia é clara: postergar o pagamento de despesas obrigatórias para não efetuar cortes no orçamento discricionário em magnitudes que paralisariam a máquina pública. Pode-se dizer que tal medida envolve negligências e irresponsabilidade fiscal.

Negligência porque não fica claro, nessa barafunda, o motivo pelo qual os relatórios oficiais do Governo não identificaram no radar a chegada deste meteoro na forma de precatórios. O anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por exemplo, não traz análises prévias sobre o crescimento sideral das despesas com precatórios e seus impactos no financiamento das políticas públicas. É impensável imaginar esse tipo de negligência em uma empresa privada de grande porte; porém, é ainda mais espantoso o Ministro da Economia - acostumado a lidar com riscos no mercado financeiro - não ter farejado o aerólito fiscal a tempo. Ou se o fez, não deu a devida importância à transparência de eventos que podem afetar o equilíbrio das contas públicas.

A essa negligência soma-se também boa dose de irresponsabilidade fiscal. O parcelamento de precatórios se resume a uma medida que esconde a situação real das contas públicas, na medida em que posterga o pagamento de despesas obrigatórias. Esse tipo de prática lembra as pedaladas fiscais praticadas nas eleições de 2014: atos ilegais que serviram para gerar resultados fiscais fictícios. Se aprovada a PEC 23, do jeito que foi apresentada pelo Governo, manobras fiscais estariam sendo constitucionalizadas, sinalizando que o Governo Federal não honra as dívidas com precatórios, que nada mais são do que obrigações financeiras decorrentes de sentenças judiciais.

De todo modo, o Poder Judiciário vem sinalizando caminhos alternativos ao propor teto para pagamento de precatórios - medida similar à proposta do Poder Executivo, mas que dispensaria a necessi-

“

A ESTRATÉGIA É CLARA: POSTERGAR O PAGAMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS, PARA NÃO EFETUAR CORTES NO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO EM MAGNITUDES QUE PARALISARIAM A MÁQUINA PÚBLICA

”

dade de PEC. No entanto, a participação do Congresso Nacional será fundamental para trazer segurança jurídica. Uma solução poderia ser desenhada no sentido de excluir do Teto de Gastos o excesso de gastos com precatórios, fortalecendo-se a governança em torno da gestão fiscal e sentenças judiciais. O parcelamento deve ser evitado a todo custo, pois não se trata de um meteoro no país das pedaladas.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

LEONARDO RIBEIRO



Compartilhe!

*Do prenúncio à nova
tragédia: caso Cinemateca
confirma descaso com cultura*

Incêndio mostra, na prática, reflexos da postura de Bolsonaro com o setor no país

Por Cleomar Almeida



Crise na Cinemateca se arrasta desde a posse do presidente Bolsonaro. Com mais de 250 mil rolos de filmes, instituição possui o mais rico acervo cinematográfico do país

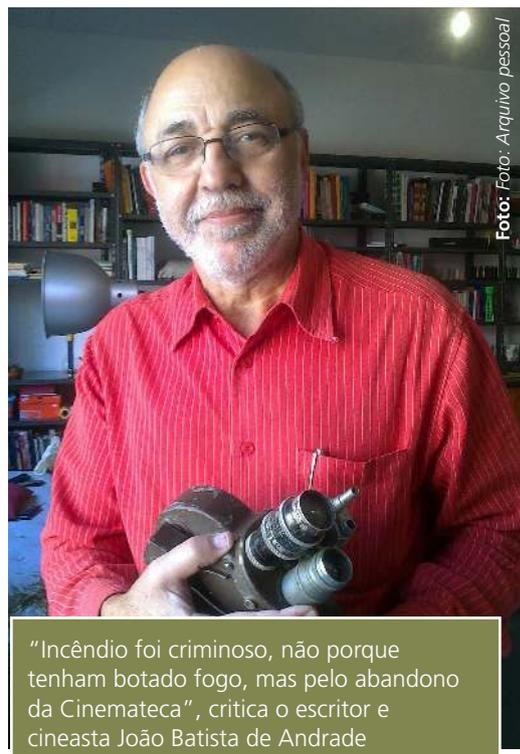
Dois anos e dez meses separaram o prenúncio do risco de mais descaso com a cultura no Brasil e a tragédia do recente incêndio que destruiu parte da Cinemateca Brasileira, cujos prejuízos, ainda imensuráveis, são alvo de novas investigações do Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo. Instituições e representantes do setor cultural cobram a responsabilização do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em setembro de 2018, ainda candidato à presidência, Bolsonaro sinalizou com seu descaso para a cultura, após o incêndio que atingiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. "E daí?", retrucou, na época, ao ser questionado sobre o maior desastre que arruinou o patrimônio científico e histórico do país. "Já está feito, já pegou fogo, quer que eu faça o quê?", respondeu à imprensa.

Depois de 15 dias do mais recente incêndio na história da Cinemateca brasileira, registrado em 29 de julho deste ano, o governo Bolsonaro seguiu na ofensiva. No último mês, anunciou demissões de técnicos da instituição, que preserva o mais rico acervo cinematográfico do país, com mais de 250 mil rolos de filmes e mais de 1 milhão de roteiros, fotos, cartazes e livros relaciona-

dos ao cinema. O fogo fez parte do teto do galpão desabar, e o prédio foi interditado.

No entanto, a sede da Cinemateca estava fechada desde agosto de 2020, quando o secretário especial da Cultura, Mário Frias, tomou as chaves do local com escolta



"Incêndio foi criminoso, não porque tenham botado fogo, mas pelo abandono da Cinemateca", critica o escritor e cineasta João Batista de Andrade



Parte do acervo da Cinemateca destruído pelo incêndio ocorrido em julho passado

policial. Agora, ele tornou-se alvo de uma queixa-crime apresentada pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados por causa do incêndio, que também é investigado pela Polícia Federal.

“O incêndio foi criminoso, não porque tenham botado fogo, mas pelo abandono da Cinemateca, vítima do desejo político de destruição da memória, da criatividade e da crítica. Arquivos de filmes são incendiários na essência de suas materialidades, principalmente de filmes antigos, ainda em nitrato. Deixar a Cinemateca sem funcionários é um grande crime”, disse o escritor e cineasta João Batista de Andrade.

O cineasta ressaltou a “queda brutal nos investimentos culturais”. “No cinema, por exemplo, há milhões de reais paralisados na Ancine, a agência reguladora e financiadora do cinema no Brasil. Enquanto isso muitos filmes em produção estão paralisados e uma infinidade de projetos sem viabilidade previsível. Destruir a cultura é um projeto nefasto de poder. É o que estamos vivendo”, criticou ele.

Cobrança

Em 2020, por exemplo, o MPF cobrou explicações da Secretaria Especial de Cultura sobre a falta de repasses orçamentários à Cinemateca Brasileira. O contrato entre

o Ministério da Educação e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) chegou a ser suspenso porque o governo não repassou nenhuma parcela dos R\$ 12 milhões previstos no orçamento para a entidade gerir o local. Funcionários tiveram salários atrasados.

Diante da gravidade da situação, o MPF ajuizou, em julho do ano passado, ação civil pública e apontou que o grande problema foi a má transição na gestão da Cinemateca, de 2019 para 2020: encerrou-se o contrato de gestão da Acerp sem a União se responsabilizar pela continuidade nos trabalhos técnicos internos da Cinemateca, assumindo-os diretamente ou por outro ente gestor.

Apesar de ter saído acordada em agosto do ano passado, após o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) deferir recurso do MPF, essa transição ainda está sendo implementada pela União. A promessa é de que seja firmado um novo contrato de gestão.

O procurador da República Gustavo Torres Soares avaliou a situação como preocupante e disse que “a Cinemateca Brasileira corre sério e iminente risco de dano irreparável por omissão e abandono do governo federal”, responsável pela manutenção e preservação dela.



Desmonte da cultura ficou “mais visível, mais latente” durante o governo Bolsonaro, avalia Bartolomeu Rodrigues

“Infelizmente, também é público e notório que, nos últimos anos, em razão da omissão na gestão de bens culturais, históricos e turísticos pelo Poder Público, a sociedade brasileira sofreu a perda de inúmeros bens materiais e imateriais dessa natureza”, destacou o procurador da República.

“Política destruidora”

Professor da Fundação Armando Alvares Penteado e doutor em comunicação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), Martin Cezar Feijó afirmou que “o caso da cinemateca é o mais flagrante de uma política destruidora”. “A cultura representa a diversidade inaceitável para um projeto que se pretende único: autoritarismo”, acrescentou.

“A cultura é sempre subversiva. Fazer alusão à queima de livros do nazismo não é despropositado nem retórica. Ela é concreta. Estamos vivendo um desmonte da cultura, da política do audiovisual, da educação e da ciência”, acrescentou o professor.

O secretário de cultura do Governo do Distrito Federal (GDF), Bartolomeu Rodrigues, afirmou que “o desmonte da cultura não é um fenômeno isolado do governo Bolsonaro”. “No governo Bolsonaro, isso ficou mais visível, mais latente. Ele extinguiu o Ministério da Cultura, e organizações importantes estão hoje tecnicamente impossibilitadas de fazer alguma coisa pela cultura nacional”, observou, ao lembrar outros episódios de incêndio na Cinemateca Brasileira.

Antes deste ano, o fogo já atingiu o local pelo menos outras quatro vezes: em 1957, 1969, 1982 e 2016, sempre perdendo entre 1.000 e 2.000 fitas em cada. No primeiro, quase todo o acervo foi perdido. O MPF e a Polícia Federal ainda não finalizaram o levantamento exato do estrago provocado pelo incêndio neste ano na cinemateca.

A expectativa é de que os trabalhos sejam concluídos nos próximos meses. Depois disso, o MPF vai analisar se pedirá à Justiça a responsabilização de possíveis culpados tanto no âmbito cível quanto na esfera criminal.

Governo enfrenta críticas por causa de novo edital

Depois da inércia administrativa que levou ao incêndio na Cinemateca Brasileira, o governo federal lançou edital para contratação de organização social habilitada a gerir o local que tem o maior acervo cinematográfico do país, pelo valor de R\$ 10 milhões anuais. A Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA) diz que o valor é menos do que a metade do necessário.

Presidente da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, Débora Butruce já se manifesta há anos contra o valor reservado no orçamento do governo para manter as atividades. Segundo ela, o montante adequado para executar bem todas as atividades no local é de R\$22,5 milhões.

As propostas poderão ser enviadas até o próximo dia 16, mas a publicação do resultado definitivo está prevista para 18 de novembro. A Comissão Técnica é composta por servidores da Secretaria Especial de Cultura, da Secretaria Nacional do Audiovisual, da Agência Nacional do Cinema e do Instituto Brasileiro de Museus, designados pela Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.

Em 2020, o governo já havia sofrido críticas após lançar proposta com valor de R\$ 12 milhões anuais para a Cinemateca Brasileira. "Esse edital feito a toque de caixa nos dá medo. Quem vai assumir isso aqui?", disse a pesquisadora Eloá Chouzal, uma

das organizadoras de manifestações em favor da cinemateca.

Em maio daquele ano, a direção da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que já chegou a ter repasses atrasados por parte do governo pela gestão da cinemateca, chegou à secretaria para tentar negociar um novo contrato, em meio a um quebra-cabeças que colocou o local como moeda de troca em mesa de negociações.

Naquela época, a direção da Cinemateca foi prometida pelo presidente Jair Bolsonaro a Regina Duarte após sua demissão da Secretaria Especial da Cultura. A então secretária sofreu semanas de fritura antes de ser demitida depois de ficar menos de três meses no cargo.

A saída de Regina foi costurada pela deputada federal Carla Zambelli, que chegou a dizer que a nomeação da atriz para a Cinemateca dependeria só de questões burocráticas.

Com a hipótese de rompimento do contrato de gestão atual e a falta de recursos e de um plano para a Cinemateca por parte da secretaria, o cargo prometido a Regina tem se revelado cada vez mais incerto.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

CLEOMAR ALMEIDA



Compartilhe!

A construção de um personagem

André Amado analisa, em seu artigo, como se constrói personagens fortes, inspiradores e impactantes, capazes de levar os leitores a viverem histórias inesquecíveis



Para Milan Kundera, Dom Quixote “é quase impensável como ser vivo e, no entanto, em nossa memória, que personagem é mais vivo do que ele?”

Peguei ao acaso *I'll Walk Alone*, de Mary Higgins Clark, para ler. Ato sem pensar. A autora já publicou mais de 30 títulos, muitos dos quais frequentadores de listas de best-sellers, duas razões que, em geral, levam-me a descartar a escolha. Acontece que, num primeiro exame, logo nos agradecimentos, deparei-me com a seguinte declaração:

Cheguei ao final, o que quer dizer que a história foi contada, a jornada, concluída, e as pessoas, que no ano passado não passavam de produto de minha imaginação, viveram a vida que escolhi para elas, ou, melhor dizendo, que elas escolheram para elas mesmas.

Clark acabava de desmontar meus preconceitos contra livros de produção em massa, preconceitos que, de resto, não faziam o menor sentido para quem, como eu, era admirador habitual de Michael Connelly e John

“

RAY BRADBURY

(1920-2012): “MEUS

PERSONAGENS ESCREVEM

A HISTÓRIA PARA MIM.

ELES ME DIZEM O QUE

QUEREM, E EU LHES DIGO

PARA IR EM FRENTE

”

Grisham, ambos autores prolíferos de obras de sucesso. Enfim, na beirada de uma estante, não são raras demonstrações de incoerência.

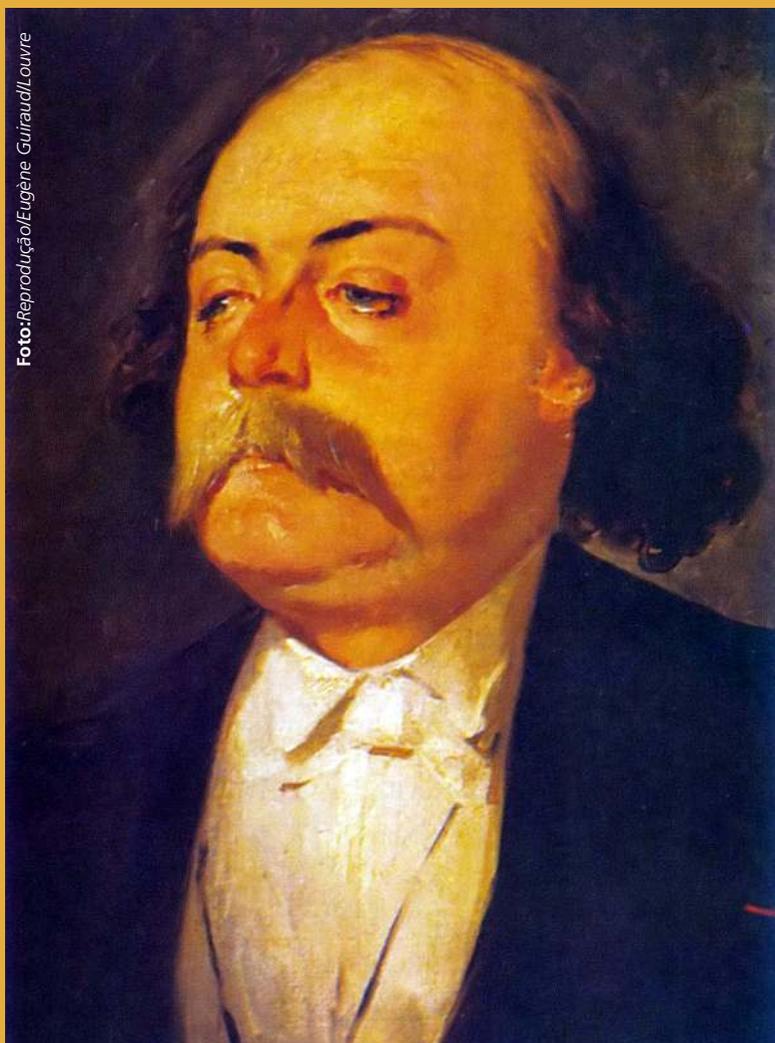
Fascinou-me que, em uma frase, Clark expusesse um dos dilemas centrais dos romancistas: alimentar a autonomia dos personagens de suas histórias, ou, ao contrário, controlar, até mesmo, a respiração deles. Em uma palavra, confessaria Ray Bradbury (1920-2012): *"Meus personagens escrevem a história para mim. Eles me dizem o que querem, e eu lhes digo para ir em frente. Acompanho seus movimentos, datilografando o texto à medida que eles correm ao encontro do destino"*. Já Vladimir Nabokov (1899-1977) decretaria: *"Se eu quiser que meus personagens atravessem uma rua, eles atravessam e ponto!"*

Por sorte, a riqueza dessa discussão rejeita posições extremadas. Gustave Flaubert (1821-1880), a quem se atribui um dos pilares da literatura ocidental, diria: *"O escritor tem de atuar como Deus: está em todas as partes, mas nunca é visível"*. Ernest Hemingway (1899-1961), outro grande nome da galeria de escritores, centraria o debate: *"Ao escrever uma novela, o escritor deve criar um ser vivo, não pessoas com personagens"*. Era a pista de que precisava Milan Kundera (1929-...) para afirmar: *"O personagem não é a simulação de um ser vivo. É um ser imaginário... Dom Quixote é quase impensável como ser vivo e, no entanto, em nossa memória, que personagem é mais vivo do que ele?"*

Duas outras referências me enchem as medidas. A primeira, atribuída a Michelangelo: Não faço esculturas, apenas retiro o excesso de pedras. A outra, de um escritor japonês, por cujo Nobel em Literatura sigo torcendo. Trata-se de Haruki Murakami, que assim se expressou em *Killing Commendatore*: *"Sempre desfrutei o momento, cedo de manhã, em que olho intensamente para a tela toda branca. Chamo-a de 'Tela Zen'. Ainda não pinte coisa alguma, mas é mais do que um mero espaço em branco. O que se esconde naquela tela branca é o que haverá de emergir. Olhando mais atentamente, descubro várias possibilidades, que se cristalizam perfeitamente em como devo prosseguir. Este é de fato meu momento de prazer. O momento em que a existência e não-existência se reconciliam"*.

Quem sabe não seja esta a melhor maneira de se construir um personagem: reconciliar o que queremos que ele seja e o que ele mesmo pretende ser?

Foto: Reprodução/Eugène Guiraud/Louvre



Gustave Flaubert: "O escritor tem de atuar como Deus. Está em todas as partes, mas nunca é visível"

“

“AO ESCREVER UMA NOVELA, O ESCRITOR DEVE CRIAR UM SER VIVO, NÃO PESSOAS COM PERSONAGENS”

ERNEST HEMINGWAY

”



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

ANDRÉ AMADO



Compartilhe!

O que resta ainda por dizer sobre Cuba?

Preso ao passado, regime revolucionário cubano é imagem da esquerda utópica que falha ao enfrentar as questões políticas, econômicas e sociais dessas primeiras décadas do século XXI

Foto: Eliana Aponte/AP



Milhares de cubanos participaram dos protestos contra o governo de Miguel Díaz-Canel, marcado pelas crises do novo coronavírus e econômica sem precedentes

Em julho de 2021, os debates em torno da revolução cubana ganharam novo destaque em virtude das manifestações que ocorreram no país. A resposta inicial do governo foi, além da repressão aos protestos, declarar a crise como fruto da persistência do embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba. Diante da reiteração do mote anti-imperialista, característico da revolução cubana, o presidente Miguel Díaz-Canel convocou os cubanos a ocuparem as ruas em defesa do regime revolucionário.

Tais declarações marcam a existência de um regime ancilosado, refém de seus próprios pressupostos políticos, mas que ainda

“
DECLARAÇÕES MARCAM A EXISTÊNCIA DE UM REGIME ANCILOSADO, REFÉM DE SEUS PRÓPRIOS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS, MAS QUE AINDA É CAPAZ DE DESPERTAR APOIOS APAIXONADOS EM TODA A AMÉRICA LATINA

”



Ilustração retrata Maria Firmina dos Reis, primeira mulher negra a escrever um romance antiescravagista, muito antes do Movimento Abolicionista

é capaz de despertar apoios apaixonados em toda a América Latina. Diante disso, é preciso refletir como, mesmo frente aos problemas econômicos e às frequentes demonstrações de autoritarismo, essa defesa é possível.

Quando, no início de 1959, os guerrilheiros liderados por Fidel Castro adentraram em Havana, havia a expectativa de que finalmente a América Latina poderia realizar seus desígnios utópicos. Retomando em chave revolucionária a Nuestra América de José Martí, Castro atacava o domínio norte-americano e afirmava a rebeldia dos cubanos como estratégia vitoriosa na conquista da libertação política e econômica da ilha.

Na América Latina, os impactos da revolução, como demonstra Alberto Aggio[1], impulsionaram a formação de uma cultura revolucionária característica do continente. Nessa imaginação revolucionária há uma cisão entre reforma e revolução que, além de fixar o caminho insurrecional como paradigma, estabelece o Terceiro Mundo e a própria América Latina como novos polos revolucionários diante da estagnação política da URSS.

Em termos políticos, essa cisão promoveu rearranjos nas esquerdas de diversos países. Contrapondo-se à necessidade de uma etapa

“

DEFESA DA REVOLUÇÃO
CUBANA TRATA
OS PROTESTOS CONTRA
O DESABASTECIMENTO
E A MOROSIDADE DA
VACINAÇÃO COMO
MANIFESTAÇÕES
DE ESPÍRITO
CONTRARREVOLUCIONÁRIO

”

“

A RETÓRICA HEROICA
DA REVOLUÇÃO
CONVIVEU COM AS
DIFICULDADES INTERNAS
E AS NECESSIDADES
DE POSICIONAMENTO
POLÍTICO NO INTRINCADO
XADREZ DA GUERRA FRIA

”

democrático-burguesa como antessala do socialismo, a leitura cubana orientou o rompimento de parcela das esquerdas com as burguesias nacionais e os partidos comunistas. No continente dilacerado pelo imperialismo, a violência revolucionária apareceu como a possibilidade de redenção e liberdade.

Nas décadas seguintes, a retórica heroica da revolução conviveu com as dificuldades internas e as necessidades de posicionamento político no intrincado xadrez da Guerra Fria. Por um lado, o modelo revolucionário cubano, orientado por uma perspectiva de libertação nacional impulsionada pela rebeldia guerrilheira, se distanciava da estrutura partidária soviética. Por outro, frente às ameaças norte-americanas e ao embargo econômico, Havana buscou estabelecer relação de maior aproximação e segurança com Moscou.

Internamente, as propostas de uma revolução afastada dos dogmatismos e da excessiva centralização do poder logo desapareceram. Conforme demonstra Silvia Cézár Miskulin[2], as posturas autoritárias do regime em relação à intelectualidade cubana foram estabelecidas nos primeiros anos da revolução, alguns anos antes do célebre caso Padilla. Concomitantemente, como demarca Claudia Hilb[3], o voluntarismo e a expecta-

tiva do estabelecimento de profundas transformações históricas orientaram a produção de um poder centralizado no Estado e na figura de seu líder.

Nesse sentido, as realizações que sustentam o imaginário da revolução cubana, a exemplo das políticas públicas nas áreas de educação e saúde, são indissociáveis dessa estrutura autoritária e planificada construída nas décadas subsequentes à revolução. Com o desaparecimento da URSS, para além dos problemas internos, o regime cubano revela com mais profundidade seu caráter insular. Não fortuitamente, protestos de intensidade semelhante aos atuais ocorreram na ilha em 1994, logo após a debacle soviética.

Portanto, a defesa da revolução cubana parte de uma dissociação que, ao focar o desenvolvimento social da ilha, encobre as fragilidades desse sistema social e trata os protestos contra o desabastecimento e a morosidade da vacinação como manifestações de espírito contrarrevolucionário. Mais grave, essa dissociação guarda incômodo silêncio em relação à persistência de um regime ditatorial, terminando por legitimar o autoritarismo e o velho paradigma insurrecional.

Distante da rebeldia dos barbudos, o regime revolucionário cubano, permanentemente ancorado nos dilemas políticos do século XX, é uma imagem opaca e esmorecida das utopias latino-americanas que teimam em mobilizar determinados setores das esquerdas do continente, entervando o enfrentamento das novas questões políticas, econômicas e sociais dessas primeiras décadas do século XXI.

[1] AGGIO, Alberto. A teoria pura da revolução. SP: O Estado da Arte, 2021. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/teoria-pura-revolucao-aggio-hd/>

[2] MISKULIN, Silvia Cezar. Os Intelectuais Cubanos e a Política Cultural da Revolução (1961-1973). SP: Alameda, 2009.

[3] HILB, Claudia. Silêncio Cuba: a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana. SP: Paz e Terra, 2010.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

MARCUS VINÍCIUS F. DA SILVA

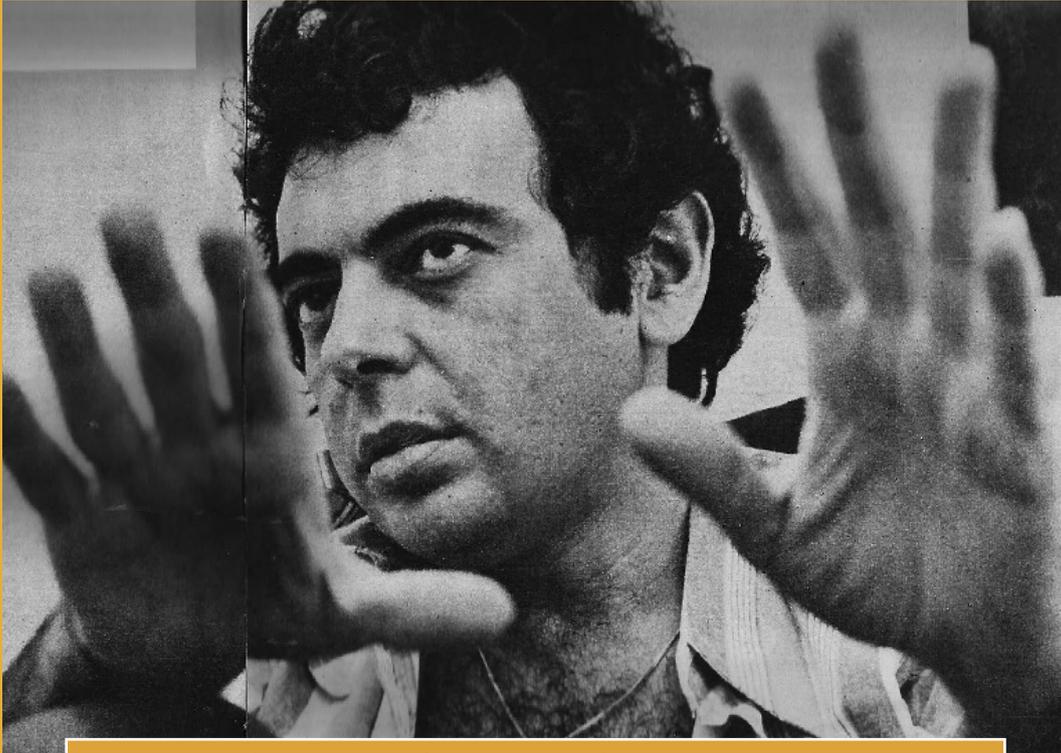


Compartilhe!

A poética política de Glauber

Morte do cineasta, que fez uma reviravolta nas artes para pensar o nacional-popular nos anos 1960, completou 40 anos no último dia 22 de agosto

Foto: Reprodução



Leni Riefenstahl (D) em foto com Hitler: função política dos filmes de propaganda do partido nazista e, também, de Olympia é inseparável da estética específica e inovadora, de Riefenstahl

A poesia e a política são demais para um só homem. Com essa frase, Paulo Martins, protagonista de Terra em Transe, espécie de alter-ego de Glauber Rocha, jogava na cara dos brasileiros os sentimentos de exaustão e decepção que agonizavam sua alma. O ano era 1967 e o país ainda aprendia a conviver com a ditadura militar, mal sabendo que o pior estava por vir...

Glauber Rocha, baiano de Vitória da Conquista, entrou para a História como um dos maiores e mais polêmicos cineastas brasileiros. Com “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”[1], ele fez poesia e política ao longo dos 42 anos que duraram sua curta existência. Desde seu primeiríssimo Pátio (1959), curta-metragem experimental

realizado do “alto” de seus vinte anos, até o sofisticado e desconstruído A Idade da Terra (1980), seu último filme, a obra do cineasta foi evoluindo em progressão geométrica. Ou seria poética? Partiu do experimentalismo puro, influenciado pelos neoconcretos com os quais convivia quando de passagem por aquela Montmartre tupiniquim que era a Zona Sul do Rio de Janeiro na virada dos anos 60.

Passou pelo neorrealismo com seu primeiro longa, Barravento (1962). Bebeu da fonte do romance realista brasileiro dos anos 30, mesclando-o com a cultura popular brasileira em seu fantástico (meu preferido) Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964). Tudo isso sem nunca deixar de lado as lições de Eisenstein, de quem era fã confesso. O resultado

dessa antropofagia oswaldiana foi a criação de um Cinema Novo, original e revolucionário, movimento que alçou a cinematografia brasileira aos píncaros da glória, revelando que um país de terceiro mundo também era capaz de fazer cinema de qualidade, mesmo com os poucos recursos disponíveis. De repente, nossos filmes passaram a participar e a concorrer a prêmios nos principais festivais europeus e latino-americanos, sendo, ao mesmo tempo, legitimados pela inteligência brasileira.

Apesar de peça fundamental dessa conquista, Glauber nunca foi uma unanimidade, tendo sido criticado por muitos em função de sua personalidade autêntica, mística e aparentemente contraditória. Até hoje, há os que ainda discutam e rechacem suas atitudes. De fato, o cineasta criou alvoroços, como no curta *Di-Glauber* (1977), quando adentrou o enterro de Di Cavalcanti, filmando-o no caixão sem autorização da família. Gerou também grandes comoções, como na estreia de *Deus e o Diabo*, dias antes do golpe militar, deixando a plateia estupefata pela originalidade, ousadia e beleza de um filme que trazia a cultura popular nordestina para a telona. Uma alegoria que partia da história real do cangaço para lançar uma profecia revolucionária: “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”. Comprou ainda brigas homéricas, como quando, com seu *Terra em Transe*, desagradou a gregos e troianos, ou melhor, a cariocas, paulistas e baianos, sendo condenado pela direita e pela esquerda, e até por alguns de seus companheiros de luta pela descolonização do cinema brasileiro. Camaradas que ficaram ainda mais revoltados, quando o cineasta decidiu elogiar Golbery do Couto e Silva, um dos mentores do golpe de 64. Ou então quando apertou a mão de Figueiredo em Sintra.

Glauber – ou Gabiru para os bem chegados –, definitivamente não tinha a pretensão de agradar majorias, nem minorias. Era coerente apenas com suas próprias ideias e com suas tradições e não-tradições. No começo dos anos 80, desgostoso com o rumo que tomava seu país e praticamente abandonado por seus antigos companheiros, o cineasta, já autoexilado do Brasil, foi buscar abrigo um pouco mais longe, em outro plano. Há 40 anos, naquele 22 de agosto de 1981, um dos maiores cineastas brasileiro partiu, deixando órfãos seus filhos de sangue

“

HÁ 40 ANOS, NAQUELE 22 DE AGOSTO DE 1981, UM DOS MAIORES CINEASTAS BRASILEIRO PARTIU, DEIXANDO ÓRFÃOS SEUS FILHOS DE SANGUE E TAMBÉM TODA UMA GERAÇÃO DE CINÉFILOS E CINEASTAS

”

e também toda uma geração de cinéfilos e cineastas que sabia enxergar genialidade e brilhantismo por detrás daquelas cabeleiras, obras e frases revoltas. Uma morte prematura que privou nosso país e nossa gente de muitas reflexões, manifestos e protestos que hoje se fazem tão importantes. Um brasileiro orgulhoso de sua terra, ateu criado por uma mãe protestante e um pai católico, admirador do candomblé e da estética barroca. Um “profeta alado”, como bem o definiu Paulo Emílio Sales Gomes. Um cineasta-pensador que, sem ter o corpo fechado de Lampião, morreu por excesso de política e poesia. Ah, Paulo-Glauber-Rocha-Martins, que falta você faz!

Em tempos olímpicos, a história de Leni Riefenstahl me parece bastante apropriada para refletirmos sobre, até que ponto, a excelência da arte (ou do esporte) pode se sobrepor aos direitos humanos fundamentais. Seria possível (e justo) separar o artista (ou o atleta) do ser humano? A obra, da ideologia de quem o faz? A estética, da ética?

[1] Frase criada a partir de uma conversa com Paulo Cezar Saraceni, que lhe explicava como se fazia cinema moderno.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

LILIA LUSTOSA



Compartilhe!

Morreu Giocondo Dias, um herói da liberdade

HENRIQUE BRANDÃO - GIOCONDO, UM COMUNISTA ABNEGADO E GENTIL



Giocondo Dias

Uma multidão compareceu ao enterro do



Graciele Magalhães

Giocondo - O Ilustre Clandestino” ajuda a resgatar uma personalidade política de grande importância para a história da luta pela democracia no Brasil

Giocondo, um comunista abnegado e gentil

Documentário sobre o histórico militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de Vladimir Carvalho, já está à disposição do grande público no NOW, da NET

Já está disponível no NOW o documentário “Giocondo - O Ilustre Clandestino”, do veterano cineasta Vladimir Carvalho, um dos mais representativos documentaristas brasileiros. Narra a vida de Giocondo Dias, histórico militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O filme mostra a participação de Giocondo em momentos decisivos da política dos comunistas: o levante militar de 1935, no Rio Grande do Norte, do qual foi o principal líder; o breve período da legalidade pós-Segunda Guerra (1945/47), quando o PCB elegeu 14 deputados federais e 1 senador (Luiz Carlos Prestes); a luta contra a ditadura e a política de frente democrática contra o regime militar fascista, em divergência com as forças de esquerda que defendiam a resistência armada; a campanha pela legalidade do PCB, nos anos de 1980.

A trajetória de Giocondo se confunde com a própria história do velho Partidão. Cabo Dias, como era conhecido por sua patente militar, viveu a maior parte da existência na clandestinidade, a serviço da causa em que acreditava. Não é para qualquer um. É preciso a fibra dos fortes e a abnegação dos convictos para suportar, durante tanto tempo, as privações de uma vida clandestina.

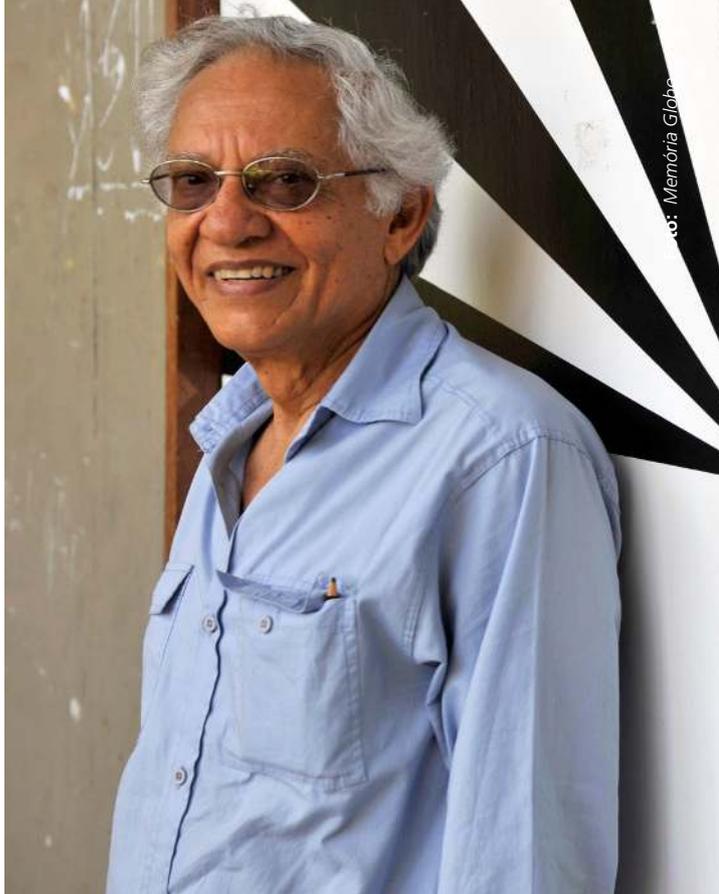
Segundo o diretor Vladimir Carvalho, o documentário levou dois anos para ser realizado: “assumi a produção desse filme e fiquei dois anos ralando. É um perfil em segunda-mão, porque é visto pelos raros contemporâneos do Giocondo Dias”, disse o cineasta, em entrevista para a “Agência Brasília”, em 2019, quando o longa foi exibido no encerramento do Festival de Brasília.

De fato, o filme se vale muito do depoimento de quem conviveu com Giocondo. E isso tem uma razão de ser. Cuidadoso, sempre atuando com extrema discrição, é natural que não exista quase nada de imagens de arquivos dos tempos em que Giocondo atuava na clandestinidade.

É por meio de um mosaico de entrevistas com ex-companheiros de organização que emerge a figura de um dedicado militante comunista, rígido nas normas de segurança, mas doce e gentil no convívio pessoal.

Em um emocionado depoimento, sua filha, Ana Maria Dias, fala dos encontros esporádicos com o pai, sempre cercados de extrema cautela para não comprometer a segurança. Uma situação difícil para os dois. Não é fácil abdicar do convívio familiar.

Dois momentos se destacam no documentário: o primeiro, é o perfil que Jorge Ama-



Vladimir Carvalho levou dois anos para concluir o documentário, exibido pela primeira vez no encerramento do 52º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

do faz de Giocondo no livro “Navegação de Cabotagem”, em que o trata por Neném – apelido cunhado pela mãe de Giocondo – do tempo em que ambos, nascidos na Bahia, agitavam as ruas de Salvador. É uma narrativa carinhosa. Jorge Amado revela que um dos personagens de seu romance, “Tenda dos Milagres”, foi inspirado no amigo comunista: “o coloquei em uma tribuna de comício durante a guerra, falando em nome dos trabalhadores”.

O outro trecho marcante do filme é a descrição, em detalhes, da retirada clandestina, no auge da Ditadura Militar, de Giocondo do Brasil. Prestes já estava em Moscou, desde o início dos anos de 1970. O cerco da repressão havia apertado sobre os dirigentes do PCB. Muitos, inclusive, caíram e até hoje estão desaparecidos.

Por sugestão de José Salles (membro do Comitê Central), que se encontrava na União Soviética, montou-se uma complexa operação que envolveu comunistas brasileiros e argentinos, além de dirigentes da antiga URSS. Os depoimentos relatam em minúcias o vai e vem dos procedimentos que acabaram por levar Giocondo a Moscou, em 1976. Em todo o processo, o cabo Dias manteve-se sereno e disciplinado, preocupado com a segurança dos demais envolvidos.

Vários depoimentos expõem as divergências internas, no exílio, entre os membros do Partidão. Nesse cenário, Giocondo se impõe por sua capacidade de dialogar, qualidade destacada por todos. Soube usá-la com maestria, construindo pontes entre as correntes políticas do partido. Acabou sendo um dos formuladores e porta-voz da política de frente ampla democrática, que o Partidão preconizou na luta contra a ditadura. Sua habilidade de ouvir os outros terminou por levá-lo à Secretaria-Geral do PCB, em substituição a Luiz Carlos Prestes.

“Giocondo – O Ilustre Desconhecido” é um filme importante, pois ajuda a resgatar uma personalidade política que, por seus traços pessoais, avesso aos holofotes, corria o risco de permanecer na penumbra.

O PCB é a mais antiga organização comunista do país. Ano que vem, será o ano de seu centenário. Com certeza, Giocondo Dias será lembrado como uma das figuras decisivas na construção da bela trajetória de lutas dos comunistas.



SAIBA MAIS SOBRE O AUTOR

HENRIQUE BRANDÃO



Compartilhe!



ENDEREÇO:

Fundação Astrojildo Pereira - SEPN
509, bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis
CEP: 70750-504 - Brasília-DF

CLEOMAR ALMEIDA

Secretário de redação
Tel.: (61) 3011-9260 / 3011-9300
E-mail: fundacaoastrojildo@gmail.com



Facefap



fundacaoastrojildo



fapastrojildo

www.fundacaoastrojildo.com.br